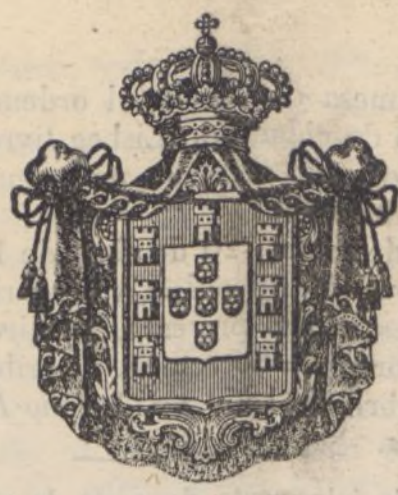


Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.



Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—4.ª Secção

Tendo-me representado a camara municipal de Villa Nova de Famalicão, que para se obviar aos inconvenientes e prejuizos que têm resultado aos povos do seu concelho de serem julgados no juizo de policia correccional as causas sobre coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, fosse eu servido revogar o decreto de 11 de agosto de 1854, que transferiu dos juizes elcitos para o juizo correccional o julgamento das ditas causas; e attendendo á informação documentada do governador civil do districto de Braga, que confirma as razões de utilidade publica e municipal allegadas pela camara supplicante: hei por bem, usando da authorisação conferida ao governo pela lei de 18 de abril do anno proximo passado, revogar o citado decreto de 11 de agosto de 1854, na parte que respeita ao concelho de Villa Nova de Famalicão, a fim de que nas freguezias que o compõem reverta para os respectivos juizes elcitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Relação n.º 917, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO		NOMES DAS AGACIADAS	CLASSES INACTIVAS A QUE QUEREM PERTENCER	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		OBSERVAÇÕES
			TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO			ANNUAL	MESES	
11862	—	—	Pensões	38	Barbara Maria da Silva (D.)	Pen.ª sem consideração	40\$000	3\$333	Começa o abono em 11 de corrente me.
11863	—	—	—	—	Feliciana Theresza da Conceição e Silva (D.)	Idem	40\$000	3\$333	Idem
11864	—	—	—	—	Joanna Theresza dos Santos Aquino	Idem de consideração	10\$500	9\$000	Idem em 1 do dito mez.
—	—	—	—	—	Maria Anastacia Socio (D.)	Idem sem consideração	40\$000	3\$333	Idem em 9.
—	—	—	—	—	Maria Germana da Conceição e Silva (D.)	Idem	40\$000	3\$333	Idem em 11.
—	—	—	—	—	Maria de Jesus Socio (D.)	Idem	40\$000	3\$333	Idem em 9.
11868	—	—	—	—	Maria Sabina de Jesus Alegre (D.)	Idem de consideração	18\$500	15\$000	Idem em 1.
11869	—	—	—	—	Maria da Soledade Rodrigues	Idem	10\$500	9\$000	Idem.
—	—	—	—	—	Theresza Romana de Jesus	Idem sem consideração	32\$000	2\$666	Idem em 11.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 16 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSER E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metallica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como prohibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1728

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 25 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º

do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE COIMBRA

CONCELHO DE COIMBRA

Inventário n.º 106

27076 Fóro de quatro alqueires e quatorze ma-

quias e tres quartas de meio meido, imposto em um

casal chamado da Granja Velha, que se compõe de

vinte e duas propriedades no limite do logar de

Logo de Deus, termo de Coimbra. Emphyteuta Jo-

aquim Leite (tem consortes)—25\$666.

27077 Fóro de galinhia e meia, imposto em umas

casas no logar de Logo de Deus, termo de Coim-

bra, que partem do nascente com o Rio de Coim-

bra. Emphyteuta Maria Carneira—2\$400.

27078 Fóro de 90 réis, tres quartas de uma gal-

inhia, e frangão e meio, imposto em umas casas

com quintal na rua da Igreja, da villa de Eiras,

termo de Coimbra, que partem do poente com o ca-

pital Bento Marques. Emphyteuta Antonio Simões

Ferreira—3\$790.

27079 Fóro de 38 réis, tres quartas de uma gal-

inhia, e tres quartas de um frangão, imposto em

uma vinha e olival no sitio das Martyrisadas, li-

mite de Eiras, termo de Coimbra, que parte do

poente com estrada publica. Emphyteuta Bernardo

José Correia da Fonseca—2\$370.

27080 Fóro de tres quartas de uma galinhia, e

tres quartas de um frangão, imposto em umas casas

e quinhorro por detraz da capella do Senhor de

Eiras, termo de Coimbra: praso em vidas. Emphy-

teuta Bernardo José Correia da Fonseca—1\$800.

27081 Fóro de tres alqueires de trigo, tres al-

queires de segunda, galinhia e meia, e sete ovos e

meio, imposto em um casal chamado da Quinta e

Cidreira, que se compõe de diversas propriedades:

praso em vidas. Emphyteuta Alexandre de Mou-

27083 Fóro de tres quartas de uma galinhia,

imposto em uma terra ao fundo da Ribeira das

Corticas, parte do nascente com a mesma Ribeira das

Corticas, no limite de S. Paulo, termo de Coimbra:

praso em vidas. Emphyteuta Luiz Soares—1\$200.

27084 Fóro de dez maquias e meia de trigo, e

tres quartas de um cabrito, imposto em duas pro-

priedades de terra e olival no casal das Cavadas,

limite de S. Paulo, termo de Coimbra, que partem

do poente com o muro da cerca do collegio: praso

fateosim. Emphyteuta Manuel da Rocha—6\$012.

27085 Fóro de tres quartas de uma galinhia, im-

posto em um olival e matto, que chamam o Casalini-

ho, parte do nascente com o rio das Varzeas em

S. Paulo, termo de Coimbra. Emphyteuta Jorge

Soares—1\$200.

27086 Fóro de tres quartas de uma galinhia,

imposto em uma terra, olival e matto no casal do

Albardeiro em S. Paulo, termo de Coimbra, que

parte do nascente com Francisco Xavier de Almeida.

Emphyteuta o doutor José Filipe Pires da

Costa—1\$200.

27087 Fóro de quatro galinhas e meia, imposto

em umas casas, que foram lugar de fazer vinho, no

logar de Lordeão, termo de Coimbra. Emphyteuta

Domingos da Redonda e José Correia—7\$200.

27088 Fóro de sete alqueires e duas maquias de

pão meido, imposto em um casal, chamado de Valle

de Bragado, que se compõe de setenta e tres pro-

priedades, sitas no Logo de Deus, termo de Coim-

bra. Emphyteuta Manuel Gonçalves de Campos—

41\$426.

27089 Fóro de tres oitavos de uma galinhia, im-

posto em dois olivais e terra no sitio da Giosa, li-

mite de Lordeão, termo de Coimbra, que partem

do nascente com Antonio Marques. Emphyteuta o

bacharel Adriano José Jacob—600.

27090 Fóro de tres alqueires de trigo, tres al-

queires de segunda, galinhia e meia, e sete ovos e

meio, imposto no casal da Quinta e Cidreira, ter-

mo de Coimbra. Emphyteuta Caetano Manito (tem

consortes)—32\$332.

Somma R. 167\$488

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e

que o laudêmio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-

prios nacionaes, 15 de maio de 1860.—Antonio

Joaquim da Silva.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 48

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,

em 12 de maio de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

CARTA REGIA

Honrado duque de Saldanha, João Carlos Grego-

rio Domingos Vicente Francisco de Saldanha de

Oliveira e Daun, do meu conselho e do d'estado,

meu mordomo-mór, vice-presidente da camara dos

dignos pares, ministro e secretario d'estado honora-

rio, marechal do exercito, vogal do supremo consel-

ho de justiça militar, gran-cruz de diferentes or-

dens militares, amigo: Eu El-Rei vos envio muito

saudar, como áquella que muito prézo. Tendo con-

sideração aos vossos distinctos merecimentos e re-

levantes servios, hei por bem nomear-vos, como por

esta carta vos nomeio, presidente do supremo con-

selho de justiça militar. O que me pareceu comu-

nicar-vos para vossa intelligencia.

Escrepta no paço das Necessidades, em 2 de maio

de 1860.—REL.—Visconde da Senhora da Luz.

Para o honrado duque de Saldanha João Carlos

Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha

rios dirigidos ao ministro secretario d'estado dos negocios da fazenda; 2.º, que para a restituição de tomadias, ou seu producto, deve-se ha apresentar, ou precatórios dirigidos ao mesmo ministro, ou cartas de sentença, com tanto, porém, que esses documentos mostrem, não só que taes tomadias foram a final julgadas improcedentes, mas também que os agentes do ministerio publico interporam todos os recursos que as leis facultavam; 3.º, que tanto os precatórios, como as cartas de sentença, deverão ser acompanhados de requerimentos, datados e assignados, dirigidos a Sua Magestade El-Rei, e apresentados na direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, ou ao chefe da alfandega a que disser respeito a pretensão; 4.º, que os chefes das alfandegas a quem forem apresentados taes requerimentos, instruídos n'esta conformidade, deverão remette-los sem demora á indicada direcção geral, acompanhados das informações que forem necessarias; 5.º finalmente, que fica sendo prohibido aos chefes das alfandegas, ou a quem suas vezes fizer, o mandarem restituir qualquer tomadia, ou seu producto, bem como determinarem a respectiva divisão, ou mandarem dar baixa em termos de fiança, sem ordem expressa, expedida pela referida direcção geral, ficando no caso contrario sujeitos a serem punidos segundo a gravidade do facto. O que pela mesma direcção geral se communicará a quem compete.

Paço, em 8 de maio de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.

de Oliveira e Daun, do meu conselho e do d'estado, meu mordomo-mór, vice-presidente da camara dos dignos pares, ministro e secretario d'estado honora-

rio, marechal do exercito, vogal do supremo conselho de justiça militar, gran-cruz de diferentes ordens militares.

DECRETO

Tendo em consideração o distincto merecimento,

assignalados servios, e mais partes que concorrerem

no marechal de campo, José Jorge Loureiro, con-

selheiro d'estado, ministro e secretario d'estado hono-

rrario: hei por bem nomear-lo meu primeiro ajude-

ante de campo.

O ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra assim o tenha entendido e faça

executar. Paço das Necessidades, em 8 de maio de

1860.—REL.—Visconde da Senhora da Luz.

Por decreto de 2 do corrente mez:

Disponibilidade

Alferes, o alferes de infantaria em inactividade

temporaria, João Eulalio de Mendonça, que se acha-

va n'esta situação sem vencimento.

Inactividade temporaria

Major graduado, o major graduado do batalhão

de caçadores n.º 6, Alvaro de Sá Pereira, a fim de

esperar cabimento para reforma, por ter sido jul-

gado incapaz de serviço activo pela junta militar

de saude.

Tenente, o tenente do regimento de infantaria

n.º 15, Pedro Antonio Cabral, por ter sido julgado

incapaz de serviço activo, temporariamente, pela

junta militar de saude.

Por decreto de 3 do dito mez:

Corpo de estado maior do exercito

Para gosar das vantagens de capitão de 1.ª clas-

se, por lhe aproveitar o disposto no decreto de 4

de janeiro de 1837, o major graduado, Fernando

de Magalhães Villas Boas.

Por decreto de 8 do dito mez:

Commissões activas

Capitão, o capitão de 2.º regimento de artilheria

Domingos da Apresentação Freire; e o primeiro

tenente do 3.º regimento da mesma arma, José Ve-

nancio da Costa; por se acharem á disposição do

ministerio das obras publicas.

Por decreto de 9 do dito mez:

Regimento de infantaria n.º 5

Capellão, o presbytero Luiz Antonio dos Santos.

Por decreto de 8 do corrente mez, foram man-

dados considerar aspirantes com a graduacão de

tenentes, e soldo de 22\$000 réis mensaes, os aspi-

rantes da 2.ª direcção do ministerio da guerra, que

abaixo se seguem, por lhes aproveitar o § unico do

artigo 18.º do decreto com força de lei de 22 de

setembro do anno proximo passado.

João Paulo Nunes, Francisco José Moreira, Lou-

renço José de Oliveira, José Marcelino Gamaire,

Pedro Zacharias Arnau Duhan Laborde, Francisco

Rufino de Carvalho Protes, Bernardo Maria de

Pina e Mello, Serafim Manuel de Figueiredo e Cam-

sados vae elle ser transcripto no *Diario de Lisboa*, como dispõe o artigo 60.º do já citado regulamento.

Repartição de minas, em 19 de maio de 1860.—Antonio José de Sousa Azevedo.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa do movimento dos cereaes, e seus preços, em maio de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 8.	Entrada (nacionais)	—	—	—	—	100	—	—	—	4	—
	Saída (nacionais)	45	11	16	—	99	4	—	—	21	30
	Existência	18.422	88	609	—	993	43	566	11	435	21
Dia 9.	Entrada (nacionais)	183	56	4	54	186	31	—	—	—	—
	Saída (nacionais)	10	—	5	56	92	20	—	—	22	6
	Existência	18.364	61	609	14	1.104	54	566	43	372	21
Preços		620 a 770		360 a 420		410 a 500		—		—	

Repartição de agricultura, em 12 de maio de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A próxima sessão terá lugar na quarta-feira 23 do corrente, sendo a ordem do dia a continuação da discussão na especialidade dos pareceres n.º 13 e 15 sobre o projecto de lei n.º 13.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 21 de maio de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

SECÇÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 860—recorrente, Joaquim Pereira de Campos Cordeiro, e outros—recurso, o conselho de distrito de Leiria—relator, o ex.º conselheiro Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado na secção do contencioso administrativo, sobre o recurso que Joaquim Pereira de Campos Cordeiro, José Vicente de Carvalho, e outros, do concelho de Pedrogão Grande, interporam do acórdão do conselho de distrito de Leiria, que declarou nulla a eleição do primeiro dos mencionados recorrentes para vereador da camara do referido concelho no biennio de 1858 a 1859, com o fundamento de ser arrematante de uma das rendas do municipio, e como tal inelegivel segundo a disposição do artigo 16.º, n.º 5.º, do código administrativo;

Mostra-se allegarem os recorrentes que a citada disposição da lei não pôde ser applicavel ao caso de que se trata, por ter o mesmo primeiro recorrente entrado no cofre da camara, antes da eleição, com o preço da renda que arrematara, e não ficar por este facto sujeito a acção fiscal da camara, havendo mais a circunstancia de ter sublocado a arrematação da mesma renda;

Mostra-se ter sido ouvido o conselho de distrito por meio da informação que d'elle se exigia, e ter-se dado vista ao advogado constituído nos autos, bem como a final ao ministerio publico.

O que tudo visto e ponderado: Considerando que o primeiro recorrente, com quanto tivesse pago o preço da arrematação antes de receber nelle os votos para vereador, não perdeu contudo a qualidade de arrematante das rendas do municipio, pela qual, na conformidade da citada disposição do código administrativo, ficou inelegivel para aquelle cargo, durante o tempo que durar o contrato;

Considerando que a sublocação d'aquella arrematação, ainda que pelas suas condições, consentidas e approvadas pela camara, o desligasse das obrigações que contrahira, foi feita depois de verificada a eleição, como se conhece pelo traslado da escritura de folhas;

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, denegar provimento no sobredito recurso. O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 21 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Roboredo. Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Recurso n.º 826—recorrente, Joaquim José Milheiro—recorridos, José da Rocha de Oliveira, e outros moradores de Idanha de Anta—relator, o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, sobre o recurso que Joaquim José Milheiro, do lugar da Idanha, freguezia de Anta, concelho da villa da Feira, interpoz do acórdão contra elle proferido pelo conselho de distrito de Aveiro em 13 de agosto de 1857;

Mostra-se que pretendendo o recorrente cercar de muro um terreno sito no Souto de Idanha, na referida freguezia, José da Rocha, e outros moradores visinhos, requereram á camara municipal, allegando que aquelle terreno desde tempo immemorial sempre estivera no dominio publico como baldio, que era atravessado por diferentes caminhos, e que o titulo de emphyteutico em que o recorrente se fundava feito em 1817 á camara do Porto, a cujo concelho pertencia então este distrito, não podia actualmente ter validade depois que se dividiu o concelho, e concluiu pedindo que esse mesmo chão lhes fosse emphyteutico, porque se obrigavam não só a pagar por elle o maior foro que se offerecesse em praça, mas tambem a conservá-lo no uso publico, como até então tinha estado;

Mostra-se que tendo a camara indeferido esta pretensão com o fundamento de envolver direito de terceiro, e de maior indagação estranha á jurisdição municipal, recorrem os pretendentes para o conselho de distrito, o qual depois de ouvir o recorrente a fl. 5.ª, a camara recorrida a fl. 8.ª v., e o administrador do concelho a fl. 36, proferiu o acórdão recorrido dando provimento somente para o fim de conservar na posse o publico, como antecedentemente estava, visto que o recorrente não provou nem apresentar documento algum legal que comprovasse que o terreno denominado do Souto lhe pertencia, e deixando direito salvo ás partes para as acções que lhes possam competir;

Mostra-se que d'este acórdão foi interposto o presente recurso que proseguir nos termos legais, sendo ouvidos tanto o recorrente e os recorridos como o conselho de distrito, e, a final, o ministerio publico.

O que tudo visto; Considerando que o recorrente apresentou perante o conselho de distrito a certidão por extracto a fl. 17, do emphyteutico do terreno que elle diz ser o que pretende murar, emphyteutico de que a fl. 11 do presente processo se vê, em publica forma, a integra, assim como a da provisão que a autorizou, e do auto de posse;

Considerando que, supposto as camaras municipais tenham pela lei obrigação de obstar a qualquer usurpação dos bens do concelho, todavia desde que o supposto usurpador apresenta em sua defeza um titulo de propriedade ou de posse, a questão deve ser immediatamente sujeita á autoridade judicial, porque só a essa, na conformidade do artigo

284.º do código administrativo, exclusivamente compete conhecer da legitimidade, valor e applicação d'esse titulo;

Considerando que para isentar da observancia d'este principio fundamental do nosso direito não bastam simples conjecturas, e essas mesmas fallíveis, como as que offerecem os recorridos nas suas allegações, e o administrador do concelho na informação fl. 36;

Considerando que o conselho de distrito não era portanto competente para se pronunciar sobre a legalidade do titulo, e excedeu os limites da sua jurisdição, impedindo administrativamente o recorrente de murar o terreno que á face do mesmo titulo allega ter emphyteutico;

Considerando que esse excesso de jurisdição não fica sanado com o direito salvo que se deixou ao recorrente, pois que nada seria mais incompativel com a inviolabilidade do direito de propriedade do que, por um meio puramente administrativo, constituir um proprietario na necessidade de ir intentar um litigio cada vez que quizesse fazer uso de qualquer dos direitos que resultam do seu dominio;

Considerando que para evitar toda a usurpação dos bens do concelho d'as suficientes meios a ordenação, liv. 1.ª, tit. 66, § 11.º, em quanto obriga as camaras municipais a levar os usurpadores perante as justas ordinarias;

Considerando finalmente que faltando ellas ao cumprimento d'esta obrigação, sendo-lhes requerido, devem, por meio do recurso, ser a elle constrangidas pelas autoridades superiores administrativas: Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, revogar, por incompetente, o referido acórdão.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 15 de março de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello. Está conforme.—Antonio de Roboredo. Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4372

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO FERRÃO

Nos autos crimes da relação de Lisboa—recorrente, Manuel Vieira da Silva Mendes—recurso, o ministerio publico, se proferiu o acórdão seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça: que no concurso de crimes, por que o recorrente vem condemnado, sendo predominante o de attentado contra a vida de Monica de Jesus, com o fim de a roubar, como se articulou no libello a fl. 44 v.; mostrando-se do corpo de delicto ex-fl. 8, e do summario que, em conformidade com o artigo 908.º § unico da reforma judicial, d'elle faz parte, que o facto se reduz á introdução clandestina em casa da dita Monica sem seu consentimento, empregando o recorrente a violencia para persistir na mesma casa, facto previsto no artigo 380.º do código penal; sendo a violencia por elle empregada, simples, e não das qualificadas nos artigos 360.º e 361.º do mesmo código, reduzindo portanto o facto criminoso aos termos do citado artigo 380.º, e do artigo 329.º, incriminando este o emprego da violencia para se obrigar a fazer alguma coisa, a respeito da qual, no caso dos autos, se manifesta deficiencia absoluta no dito corpo de delicto e summario; accrescendo a deficiencia dos quesitos ex-fl. 10, não só por se não acharem conformes com o articulo do libello, quanto á intenção de roubar, mas por declararem a premeditação do assassinato sem designação alguma de facto ou factos constitutivos d'ella; se torna evidente a nullidade do processo, por nelle faltar corpo de delicto, em relação ao facto que fez objecto da accusação e da pronuncia; e portanto declaram nullo o mesmo processo desde fl. 40, e mandam que os autos desçam ao juiz de primeira instancia, para que, reformados os actos annullados, em conformidade com o corpo de delicto, se dê cumprimento á lei.

Lisboa, 6 de março de 1860.—FERRÃO—Caldreira, vencido—Grade—Aguar—Tem voto do ex.º sr. Sequeira Pinto.—Fui presente, Sousa Azevedo. Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 25 de abril de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da mesa da veneravel ordem terceira de S. Francisco da cidade de Lisboa, pela sua gerencia no primeiro semestre do anno civil de 1851, se proferiu o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade da mesa da veneravel ordem terceira de S. Francisco da cidade de Lisboa, pela sua gerencia no primeiro semestre do anno civil de 1851; visto o orçamento a fl. 9 v., e mappa comparativa a fl. 11; vista a resolução d'este tribunal, constante do despacho lançado n'este processo a fl. 158; visto o ultimo estado de ajustamento de conta a fl. 163; vistos os relatorios da segunda direcção d'este tribunal; mostra-se que os rendimentos respectivos ao referido primeiro semestre do anno de 1851, foram orçados em 2.442.066 réis, o que em conformidade da lei determina a competencia do tribunal para o julgamento d'este processo; mostra-se importar o debito a cargo da mesa gerente na quantia de 3.908.733 réis, sendo 13.800 réis na antiga moeda papel, 544.800 réis em notas do banco de Lisboa, e 3.350.933 réis em metal; e importar o credito em 2.662.939 réis, sendo 7.400 réis em moeda papel, 352.800 réis em notas do banco de Lisboa, e 2.302.739 réis em metal, apresentando por consequencia a comparação do debito com o credito o saldo de 1.245.794 réis nas seguintes especies: 6.540 réis na antiga moeda papel, 192.000 réis em notas do banco de Lisboa, e 1.047.334 réis em metal. O que tudo visto e ponderado, e achando-se preenchidas todas as formalidades legais, julgamos bem e devidamente ajustada a conta de que se trata, com o saldo acima especificado, que deverá passar a debito da conta do anno seguinte, e

declaram a mesa da veneravel ordem terceira de S. Francisco da cidade de Lisboa livre da responsabilidade pela sua gerencia no primeiro semestre do anno civil de 1851.

Tribunal de contas, 20 de abril de 1860.—Larcher, relator—Margiochi—Albergaria—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho. Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 27 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Venancio José de Oliveira e Carmo, como recebedor interno do concelho de Alemquer, desde o 1.º de dezembro de 1853 até 31 do mesmo mez e anno, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade de Venancio José de Oliveira e Carmo, como recebedor interno do concelho de Alemquer, desde o 1.º de dezembro de 1853 até 31 do mesmo mez e anno; vista a conta corrente a fl. 2, e demonstração a fl. 3; vista a informação da primeira direcção d'este tribunal; mostra-se importar o debito d'este responsavel na quantia de 106.821 réis, provenientes de receita eventual, e não se achar abonada no credito quantia alguma; mostra-se pelos documentos a fl. 5 e 7 que, tendo sido devidamente citado este responsavel para allegar o que lhe conviesse com respeito ao estado de ajustamento de sua conta, elle não compareceu, e nada allegou por si nem por seu procurador dentro do prazo legal. Pelo que, e em vista do artigo 63.º do regulamento de 27 de fevereiro de 1850, julgamos bem e devidamente ajustada a conta de que se trata, e condemnamos o supranomeado Venancio José de Oliveira e Carmo, na qualidade da recebedor interno do concelho de Alemquer, a pagar á fazenda publica a quantia de 106.821 réis, saldo da referida conta, e os juros d'esta quantia já vencidos e que houverem de se vencer até integral pagamento á mesma fazenda publica.

Tribunal de contas, 27 de abril de 1860.—Larcher, relator—Margiochi—Albergaria—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 10 de maio de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Vieira, pela sua gerencia no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento de fl. 2 v. pelo qual se mostra que a receita da camara municipal do concelho de Vieira do anno economico de 1852 a 1853 não prefaz a quantia de 4.000.000 réis, e que vistos o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto proximo preterito e mais termos d'este processo, não compete ao tribunal o julgamento da conta da dita camara no anno economico mencionado.

Lisboa, 20 de abril de 1860.—Margiochi, relator—Albergaria—Dr. Nogueira Soares—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho. Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 27 de abril de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho da Figueira, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o orçamento fl. da camara municipal do concelho da Figueira para o anno economico de 1851 a 1852; attendendo ao disposto no n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; e conformando-se com o relatório da direcção a fl. 496 e resposta fiscal a fl. 497; julgamos o tribunal incompetente para conhecer do presente processo.

Lisboa, 27 de abril de 1860.—Dr. Nogueira Soares, relator—Larcher—Margiochi—Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho. Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 10 de maio de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de sessenta dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do lugar de verificador da alfandega de Benguella, na provincia de Angola, com o ordenado de 300.000 réis, e a percentagem de 390.000 réis, afóra os respectivos emolumentos, tudo em moeda provincial.

Os que pretenderem ser providos nos ditos empregos deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidões de folha corrida, e a de recenseamento e sorteeamento a que se refere o artigo 54.º da lei de 27 de julho de 1855, documentos com que provem as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselho ultramarino, em 18 de maio de 1860.—No impedimento do secretario, Antonio Julio de Castro Pinto Magalhães, 1.º official.

Declara-se que são em moeda forte os vencimentos do lugar de 1.º escrivão da alfandega da cidade de Moçambique, cujo concurso foi annunciado nos *Diarios de Lisboa* n.º 112, 113 e 114 do corrente mez.

Secretaria do conselho ultramarino, em 18 de maio de 1860.—No impedimento do secretario, Antonio Julio de Castro Pinto Magalhães, 1.º official.

EDITAES

O doutor João Baptista de Seixas, administrador do bairro de Alfama, em Lisboa, por Sua Magestade Fidelissima que Deus guarde, etc.

Faço saber que tendo o governo de Sua Magestade resolvido enviar com a maior brevidade possível um corpo expedicionario para a provincia de Angola, nos termos da portaria expedida pelo ministerio do reino em 11 do corrente mez e anno, convindo os soldados que têm dito baixa, e que quizerem fazer parte d'aquella expedição, a comparecerem perante mim n'esta administração a darem os seus nomes, com a maior brevidade possível, de que obterão as seguintes vantagens: 1.ª, receberão 4.800 réis quando se alistarem n'esta capital; 2.ª, vencerão pret dobrado, desde o dia da sua partida do reino até ao seu regresso, sendo o seu serviço somente por tempo de um anno. E para constar mandei publicar este edital.

Lisboa, 21 de maio de 1860.—O administrador, João Baptista de Seixas.

Augusto José Gonçalves Lima, bacharel formado em direito, administrador do bairro do Rocio por Sua Magestade El-Rei que Deus guarde, etc.

Faço saber, em cumprimento de ordens superiores, que são convidados por este meio a comparecerem n'esta administração, até ao dia 10 de junho de 1860, de dez horas da manhã ás tres da tarde, todos os soldados que, tendo tido baixa de serviço, queiram fazer parte da expedição que o governo

de Sua Magestade tenciona enviar com a maior brevidade á provincia de Angola, a fim de serem inscriptos os nomes de todos os individuos que se offerçam para esse destino, na intelligencia de que terão as seguintes vantagens: 1.ª, receberão 4.800 réis quando se alistarem n'esta capital; 2.ª, vencerão pret dobrado, desde o dia da sua partida do reino até ao seu regresso, sendo o seu serviço somente por tempo de um anno. E para constar se affixa o presente nos logares do estylo.

Lisboa, 21 de maio de 1860.—O administrador, Augusto José Gonçalves Lima.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião approved por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido lugar. Os facultativos que se acharem nas circunstancias de desempenhar aquella commissão poderão entregar os seus requerimentos, devidamente documentados, no hospital da marinha, declarando as vantagens que pretendem.

Hospital da marinha, 7 de abril de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte manda annunciar que no dia 23 do corrente mez de maio ha de pôr em praça o fornecimento das seguintes fazendas, para consumo do hospital dos expostos; a saber:

272 metros de cotim de algodão
110 ditos de panno de algodão cru, bom
113 ditos dito mais largo
110 ditos dito proprio para forros.

As commissões estarão patentes no acto da arrematação, advertindo que as pessoas que pretenderem fazer o dito fornecimento deverão apresentar na contadaria d'esta santa casa as amostras até ao dia 22 do referido mez.

Contadaria da santa casa da misericórdia de Lisboa, 18 de maio de 1860.—O official maior, Antonio Izidoro de Almeida.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Annuncia-se que se acha estabelecida uma carreira regular de paquetes movidos a vapor entre Bordoas e Brazil, pertencentes á companhia de menagerias imperiaes concessionaria do serviço postal do imperio francez para a America do sul, os quaes, tocando em Lisboa, deverão sair d'este porto no dia 28 de cada mez (excepto o do corrente mez de maio que sairá a 27) para S. Vicente de Cabo Verde, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, para onde recebem malas do correio.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE FARO
Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Faro, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE FARO						
De posta interna	—	—	—	—	—	—
Do reino e ilhas	9.189	6.429	333	96	2.654	18
De Hespanha	—	—	98	45	—	—
De Alem dos Pyreneos	—	—	53	80	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	15	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	18	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	60	22	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	2	—	—	—
De portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	17	3	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas	9.634	67	546	15	2.672	12
Para Hespanha	—	—	36	—	—	—
Para alem dos Pyreneos	5	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios	—	—	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	167	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
	19.902	6.496	1.178	261	5.326	30
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	18.998	5.741	1.140	298	5.334	32

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Faro, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Faro, em 9 de maio de 1860.—O administrador, Joaquim Tiburcio de Araujo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 25 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho proceder á venda, em hasta publica, dos seguintes generos avariados, julgados inteiros para consumo das guarnições dos navios da armada:

52 arrobas de arroz
604 arrobas de bolacha ordinaria
153 alqueires de legume.

No dia 26 do corrente, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho contratar, em hasta publica, a compra de 400 metros de serafina para cartuxos.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 19 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

PARTIÇÃO NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 8 DE MAIO
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORM, VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares Conde de Mello e D. Pedro Brito do Rio.

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não houve reclamação.

O sr. secretario Conde de Mello deu conta do seguinte:

Um officio do ministerio da justiça para que a camara conceda licença para ser citado o digno par duque de Saldanha a requerimento de Francisco Teixeira Viegas, a fim de responder como testemunha no processo por abuso de liberdade de imprensa intentado contra o supplicante no juizo de direito do 2.º districto criminal de Lisboa.

—do mesmo ministerio para serem distribuidos pelos dignos pares 60 exemplares do boletim do mesmo ministerio.

Mandaram-se distribuir.

—do presidente do conselho de ministros participando que Sua Magestade recebe a deputação d'esta camara no dia 5 do corrente, pelo meio dia, encarregada de apresentar os decretos das cortes á sanção real.

nambuco, Bahia e Rio de Janeiro, para onde recebem malas do correio.

A correspondencia será franqueada n'esta repartição até á hora previamente n'ella indicada, pelo mesmo preço que se acha estabelecido para a que é conduzida nos paquetes britannicos da carreira transatlantica;

pretendo fazer-lhe, sobre a incapacidade da cadeia da relação do Porto para conter os presos, que n'ella actualmente se acham, e a necessidade de promptas providencias sobre este objecto, e tambem acerca do mau arranjo das casas de tribunales de primeira instancia na mesma cidade, e urgencia de se reunirem com os cartorios dos escrivães n'um edificio commun.—*Visconde de Gouveia.*

A camara resolveu que se expedisse.
(Entram os srs. presidente do conselho, e ministros, da guerra e das obras publicas.)

ORDEM DO DIA

PARERECER N.º 9

As commissões reunidas de agricultura e fazenda examinaram, com a devida attenção, o projecto de lei n.º 14, apresentado na camara dos pares pelo digno par Marquez de Niza; e considerando que a existencia do gado bravo, cujo fim principal é o de fornecer touros para corridas, é notoriamente nociva á agricultura, impossibilitando os bons amanhões, afastando os lavradores da criação de gados muito mais uteis e proprios para a alimentação; considerando que a sua conservação se oppõe á civilização e moralização das classes agricolas; considerando outrossim que as corridas de touros são espectaculos cujo effeito dispõe e excita as populações ás más paixões, embotando-lhes a sensibilidade, e que a segurança publica é frequentes vezes alterada nas cidades aonde as corridas se verificam: é de parecer que a sentença geral do projecto seja approvada, ficando prohibidas as corridas de touros; e tendo ouvido o ministro competente, entenderam que deviam fazer uma alteração no artigo 2.º do dito projecto, e que em vez de marcar 2.000.000 réis de indemnização para a casa pia, para supprimento do desfalque que o seu rendimento deve soffrer por effeito da supressão das corridas de touros, fosse autorisado o governo a indemnizar aquelle estabelecimento, sendo o artigo assim redigido:

Art. 2.º Fica autorisado o governo para indemnizar, precedendo um accordo com a administração da casa pia, a mesma casa do desfalque de rendimento que lhe deve resultar das disposições d'esta lei.

§ unico. Do producto das corridas de cavallos, que se devem estabelecer, será destinada uma parte para aquelle estabelecimento de beneficencia ou para quaesquer outros.

Tudo mais como no projecto.

Sala das commissões, em 25 de abril de 1860. —*Marquez de Fialho*—*José Maria Eugenio de Almeida*—*Francisco Simões Margiochi*—*Joaquim Larcher*—*Visconde de Alge*—Tem voto do digno par *Visconde de Castellões*—*Marquez de Niza*—*Thomás de Aquino de Carvalho*.

PROJECTO DE LEI N.º 14

Artigo 1.º Desde o 1.º de janeiro de 1861 ficam prohibidas as corridas de touros debaixo de qualquer pretexto ou denominação.

Art. 2.º Em quanto não se estabelecerem corridas de cavallos, e que do seu producto se indemnize a casa pia do desfalque causado na sua receita pela falta de aluguer da praça dos touros de Lisboa, fica o governo autorisado a supprir esse desfalque, augmentando para esse fim em 2.000.000 réis a verba votada para beneficencia no capitulo 8.º do orçamento do ministerio do reino.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala das sessões da camara dos dignos pares, em 23 de abril de 1860.—O par do reino, *Marquez de Niza*.

O sr. *Conde do Sobral*:—sr. presidente, antes de começar quero declarar que voto por este projecto, e em seguida farei algumas observações.

Diz o parecer da commissão que a existencia do gado bravo, cujo fim principal é o de fornecer touros para as corridas, é notoriamente nociva á agricultura. Sr. presidente, os lavradores não criam gado bravo com o fim das corridas, porque d'isso não tiram resultado, a não serem dois ou tres lavradores que têm criação em ponto grande, porque a maior parte d'elles passam-se annos que não têm gado para alugar.

Em quanto a serem nocivos á agricultura, entendo que o não são, porque ha certos tempos do anno que em alguns sitios se emprega o gado bravo com vantagem.

Quando o boi cança vae para a charneira, e dentro de oito dias está prompto para vir para o trabalho, o que não acontece com os bois ratinhos. Estes em cançando precisam dois mezes para se restabelecerem. Alem d'isso ha grande extensão de charneira que se pôde rotear com vantagem immediata para o agricultor, mas ha muito maiores em terrenos pobrissimos, que só serviram para semear pinhões. O resultado ha de vir a ser bom, mas a despesa é grande, os lucros vem muito tarde. Estas charneiras dão bons pastos para o gado bravo, mas nunca o poderão dar para o manso.

Sr. presidente, eu disse isto simplesmente para mostrar, segundo a minha opinião, que os lavradores não têm o gado bravo só para especulação, têm-no, por terem charneiras e por lhe ser preciso para a agricultura.

Sou, portanto, de opinião que as corridas sejam abolidas, mas que esta abolição não sirva de pretexto para que se prohibam para o futuro as criações aos que as queiram continuar, porque isso seria de grande prejuizo para os lavradores.

O sr. *Marquez de Niza*:—observa que nem do seu projecto se deprehe que se queira prohibir a criação de gado bravo, nem tão pouco pôde suppor-se que haja perigo de que o governo decretasse essa prohibição; porque felizmente não estamos já no tempo em que um ministro mandava arrancar as vinhas para em seu lugar fazer-se a sementeira do trigo. A cessação d'essa criação ha de vir como um progresso espontaneamente derivado das prescripções do projecto, mas adoptada voluntariamente pelos lavradores, que virão a conhecer a vantagem que d'isso lhes virá para a lavoura.

E isso entende o orador que ha de forçosamente acontecer. Posto que ninguém conteste aos lavradores o direito de crearer o gado que quizerem, é impossivel que dentro de um praso mais ou menos longo elles não adquiram a convicção de que a criação do gado bravo não é favoravel á agricultura, já porque o trabalho da charrua pelo gado bravo não pôde admitir comparação com o do gado manso, nem por tanto a produção consequente de um ou de outro trabalho; já porque as charneiras indispensaveis para aquella criação estão sendo terrenos improductivos que mais hoje mais amanhã hão de entregar-se ao amanho e cultura; e já finalmente porque o gado bravo não pôde ser immovental ao rendimento da criação do gado manso, que pôde ser exportado, e que de tanta utilidade é para a alimentação. E por ultimo mostrou que com a substituição d'esta por aquella criação tem muito a ganhar a policia e segurança moral pela amenidade de costumes, que se substituirá á ferocidade d'elles que é consequente e natural do trato e convivência com animais feroces; e a este respeito citou diversos exemplos da actual ferocidade, que passa muito facilmente a ser empregada não só para com os animais domesticos, mas até contra as pessoas.

O que o seu projecto vae fazer, aquillo a que se dirige unicamente, é ao que consta da letra das suas prescripções: acabar com as corridas de touros, divertimento barbaro, e que causa de mais a mais ha algum tempo a esta parte um novo perigo para os habitantes da capital, procedido do costume que adoptaram alguns mancebos ociosos que vão espe-

rar os touros aos sabbados de noite, quando vem a entrar na cidade, para os espantar e faze-los fugir pelas ruas d'esta capital, de sorte que corre perigo n'essas occasiões quem quer que se atreva a transitar por ellas de ser atacado por alguma d'essas feras, e ferido, ou pelo menos de soffrer um grande susto.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—sr. presidente, eu fazia tenção de impugnar parte d'este projecto, se elle comprehendesse a obrigação de todos os lavradores deixarem de ter a criação de gados bravos, porque entendo que isso seria violar um direito que têm todos os cidadãos de escolherem aquellas industrias que mais lhes convem. Entretanto não posso deixar de approvar este projecto pela parte que toca a um divertimento que entendo que não é civilizador, e que não tem exemplo senão n'este paiz, e outro proximo, e por isso já um certo autor disse, que a civilização tinha acabado alem dos Pyrenes.

Dizem alguns amadores d'este divertimento, que as corridas de touros fazem com que os homens sejam atrevidos e valentes, entretanto em uma das nações mais corajosas, e que ainda ultimamente tem dado tantas provas do seu valor, que é a França, não os ha, e todos sabem que ali são expressamente prohibidos os touros, e ainda ha pouco tempo se fez uma experiencia a este respeito.

Houve um especulador que quiz levar a Bordes ou ás suas immedições uma corrida de touros; a primeira vez já não foi bem recebida pelo povo, mas da segunda foi tal a indignação publica, que os espectadores saíram para fora da praça reprovando este barbaro divertimento, em que não se mostrava senão uma fria crueldade contra um animal que não se podia defender com as mesmas vantagens.

Eu entenda que haveria n'isto alguma coragem, se entre nós se praticasse o mesmo que se faz em Hespanha, onde o animal está livre absolutamente, e tem as armas naturaes para se defender; mas aqui não é assim, porque o boi é privado d'ellas porque está embolado, e é maltratado pelo homem, que não corre o mesmo risco que tem em Hespanha, onde o homem expõe a sua vida, inteiramente confiado só na sua destreza; e disse muito bem o sr. Marquez de Niza, que este divertimento não agrada, em geral, quando não ha um desastre na praça, e as pessoas que frequentam mais este divertimento convem, que os touros não prestam se não vêem um seu semelhante maltratado, e algumas vezes até privado de poder adquirir a sua subsistencia futura.

Dizem tambem que a prohibição dos touros vae prejudicar muita gente, que vive d'esta industria, mas eu digo só que nós estamos tolerando no governo constitucional aquillo que já não se consentia havia muito tempo no governo absoluto, porque o sr. D. João VI por muito tempo não quiz no seu reinado que houvesse touradas, e só nos ultimos annos é que permitiu á força de muitas e poderosas instancias que os houvesse na Nazareth; e se consentiu que isso tivesse lugar foi unicamente por acto de beneficencia que quiz fazer a uma casa pela qual tinha a maior devoção: mas resistiu quanto lhe foi possivel aquelle divertimento, porque dizia elle, que o homem, que assistia pacificamente a um combate de touros, tornava-se em geral um homem pouco compassivo para com os seus semelhantes. E aqui estão algumas pessoas d'aquelle reinado que viram a repugnancia que este boudoso monarcha sempre teve ás touradas, e que nunca voluntariamente assistiu a um d'esses espectaculos.

Eu não quero recordar agora a epocha em que este divertimento se tornou mais popular, longe de mim alludir só a essa epocha, mas desde então é que ficou em maior uso, e desde então tem augmentado mais entre nós um tão barbaro divertimento. Pergunto qual é o resultado que se apresenta quando este espectaculo tem lugar? É haverem muitas desgraças e applaudirem-se, porque, sempre que houve um grande desastre, é que se diz que os bois foram bons, e é notoria a indifferença com que se viam os desgraçados pretos quando ali iam ser maltratados pelos touros, e ás vezes levados em braços para fora da praça sem sentidos, e outras n'um completo estado de embriaguez. Ora quando todas as nações civilisadas tratam de evitar semelhantes vícios e divertimentos d'esta ordem, por meio de multas e grandes castigos, nós estamos consentindo legalmente que alguns homens exponham a sua vida para augmentar o rendimento de um estabelecimento piol.

Agora, sr. presidente, tratando da questão pela parte economica, eu não insisto para que desde já se prohiba aos lavradores que tenham gado bravo, porque estou persuadido que por ora este projecto é bastante e conveniente, mas citarei tambem a favor da sua extincção completa o exemplo da França, onde todos sabem que as Marennes tiveram muitos annos gados bravos e foram incultas, mas conheceram-se que a falta de cultura era devida á criação d'esse gado bravo, e tempos depois da convenção é que cessou o uso d'esse gado e d'essas pastagens, excepto em uma pequena parte d'este paiz porque o seu terreno não se prestava a outra cultura senão á plantação dos pinhaes, a qual se fez em grande parte por conta do estado; mas todo o outro terreno, que então estava em pastagens, está actualmente reduzido á cultura de cereaes e plantas industriaes, como não se vê em parte alguma do Ribatejo. Dizem que estes terrenos não prestam senão para certa especie de pastagens, proprias para esta sorte de gado; mas eu digo que se aquelles terrenos forem reduzidos a emphyteuse, fazendo-se prazos, como acontece na provincia do Minho, esta parte do Ribatejo será muito mais productiva do que é hoje; e como nós temos falta de cereaes, como as estatísticas do governo provam, que não são sufficientes sem se admitir a introdução dos cereaes estrangeiros n'este paiz; estou persuadido que aquelles terrenos, quando forem cultivados por aquella forma, serão sufficientes para produzir cereaes para alimentar uma muito maior população; e alem d'isso seria mais um incentivo que chamaria os lavradores para a criação do gado manso; que é uma coisa de que temos muita necessidade para sustento do nosso povo, porque não ha abundancia de carne para o seu alimento, e a prova é que no interior do reino, quando nos outros paizes o povo do campo assim como o das cidades é alimentado com carne, ali é o bacalhau, a sardinha e o pescado salgado o seu maior e muitas vezes o unico alimento, o que não dá a nutrição que dá a carne, e ao mesmo tempo vemos em Inglaterra, que o lavrador do campo, alimentado com carne, é muito mais robusto e a sua vida tem maior duração.

Eis-aqui as razões por que eu voto por este projecto, e estou persuadido que elle ha de ser no futuro, ainda que indirectamente, de um grande beneficio para a lavoura (apoiados).

Posto a votos o parecer foi approvado. Entrou em discussão o projecto.

Artigo 1.º

O sr. *D. Carlos de Mascarenhas*:—pedi a palavra para declarar o meu voto. Eu voto que continem as corridas de touros, porque não concordo com o digno par que acabou de fallar, quando disse, que o espectaculo dos touros em Portugal era mais barbaro do que em Hespanha....

O sr. *Visconde de Balsemão*:—eu disse que só em Hespanha e aqui é que havia esse espectaculo.

O orador:—o digno par disse, que em Hespanha o boi estava desmolado, e aqui estava desarmado para se poder defender, e eu entendo que a

corrida dos touros, embolados, é muito menos barbaro; porque, se o touro fica assim menos habilitado para matar, tambem o tourador não leva armas com que possa fazer-lhe o mesmo; o que torna de certo o divertimento menos barbaro no nosso paiz do que em outras partes. E note tambem o digno par, que este divertimento é um d'aquelles de que o nosso povo mais gosta, e vejo que se trata de l'ho tirar sem se substituir por outro. Em França ha diferentes divertimentos para o povo, mas aqui não temos senão os touros. Tambem não entendo que acabadas as corridas de touros acabará a criação d'elles, porque não é de certo o interesse que dão estas corridas que convida os lavradores a promover a criação do gado bravo, porque ellas produzem uma limitada quantia para os lavradores durante o anno (apoiados).

Aproveito esta occasião para recomendar ao sr. ministro do reino, ainda que s. ex.ª não se acha presente, mas estão os seus collegas, para que haja de recomendar ás autoridades respectivas, que mandem vigiar e impedir certo costume, que era antigo, mas já tinha acabado e que torna agora a reviver, de se juntar gente de proposito para espantar os touros, fazendo com que elles andem pelas ruas da cidade e causem algumas desgraças. Isso sim, que é muito mais perigoso do que as corridas dos touros; e torna-se necessario que o sr. ministro do reino tome algumas providencias a este respeito (apoiados).

Foi approvado o artigo 1.º

Artigo 2.º

O sr. *Marquez de Niza*:—quando se apresentou na commissão a emenda ao projecto original que elle, orador, havia confeccionado, todos os dignos pares, membros d'ella, concordaram em a approv. e por isso se lavrou o parecer n'esse sentido. Mas depois, pensando melhor, entendeu elle, sr. Marquez, que era mais conveniente deixar ao governo o modo de supprir o deficit que a casa pia virá a soffrer em consequencia d'esta medida: e como já não podia apresentar na commissão esta sua substituição, falo agora, e mandou-a para a mesa, depois de a ter lido.

Não comprehendi na substituição que acaba de ler o § 1.º, porque este pôde ligar-se com ella.

Art. 2.º O governo proporá ás cortes os meios que lhe parecerem convenientes para supprir o desfalque que soffre a casa pia pelo artigo 1.º da presente lei.—*Marquez de Niza.*

Foi admittida.

O sr. *Presidente*:—está tambem em discussão conjuntamente com o artigo do projecto.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—eu tenho alguma duvida sobre a materia contida n'este artigo, porque não sei até que ponto esta camara está autorisada a augmentar ou a diminuir os impostos, por quanto, se isto não é verdadeiramente um imposto, tem ligação com a fazenda publica, e o dispor d'esta é uma prerogativa da camara dos srs. deputados, assumpto esse a respeito do qual ella tem a iniciativa. Em conclusão repito, sr. presidente, que esta duvida foi o motivo por que pedi a palavra para a offerecer á consideração da camara.

O sr. *Eugenio de Almeida*:—não lhe parece que procedam os escrupulos que apresentou o sr. visconde de Balsemão, porque a camara dos pares não vae pelo artigo em discussão invadir as attribuições constitucionaes da camara dos srs. deputados; o que passou a mostrar comparando os artigos da carta em que vem consignadas essas attribuições com a doutrina do artigo, e com os seus effeitos. E por esta occasião observou que a harmonia dos poderes politicos não só consistia em que um dos poderes, ou qualquer ramo d'elles, não fosse invadir as attribuições do outro, mas igualmente em que manifestasse com firmeza, e usasse livremente das suas proprias attribuições; pois que já pela invação de muitos direitos, já pelo abandono dos proprios, se estabelecia o desequilibrio, e desde então cessava de existir a tão desejada e necessaria harmonia.

O sr. *Visconde de Fontes Arcada*:—disse que não lhe parecia que era necessario entrar agora na discussão da doutrina a que allude o digno par, entendo mesmo não ser esta a occasião propria para se analysar esse importante assumpto. Parece-lhe, porém, que o artigo 2.º deve ser eliminado. Se o governo poder supprir por algum modo o deficit que a casa pia resulta da approvação d'esta lei, muito bem: se porém o não poder fazer, então elle proporá os meios que para isso julgar serem necesarios. N'esta conformidade vae propor e mandar para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho a eliminação do artigo 2.º do projecto. Proponho igualmente a eliminação da substituição.—*Visconde de Fontes Arcada.*»

Foi admittida.

O sr. *Eugenio de Almeida*:—maravillou-o a proposta do sr. visconde de Fontes Arcada, que tendia a um fim contrario aquelle que não podia deixar de estar nas intenções de s. ex.ª, que de certo não quereria que fosse desatendido o direito de propriedade que a casa pia tem no rendimento resultante d'este divertimento; o que se é sempre deploravel, posto que seja uma desgraçada consequencia da confusão de todas as idéas e de todos os direitos que acompanha sempre as grandes e prolongadas commoções sociaes, muito mais o é nas condições actuaes, pois que vae elle crear um instituto pio e que tem encargos tão grandes sobre si de um rendimento de mais de 4.000.000 réis annuaes, sendo tão escasos os meios que tem para costear e fazer face a esses encargos.

No intuito de proteger esse estabelecimento, e de o proteger da eventualidade de um desfalque nos rendimentos d'aquella casa, desde que esta lei fosse publicada até que se levasse a effeito o meio que n'ella se propõe, para substituir o rendimento que cessa por effeito d'ella pelo outro que por disposição da mesma se trata de crear, lei e mandou para a mesa uma proposta que previne esse desfalque, e a interrupção que aliás lhe parece inevitavel.

«A prohibição das corridas de touros no concelho de Lisboa somente se tornará effectiva do principio do anno immediato aquelle em que se tiver ajustado a indemnização á casa pia, pela cessação do rendimento que lhe deve resultar da supressão d'estas corridas.—*Eugenio de Almeida.*»

Foi admittida.

O sr. *Visconde de Fontes Arcada*:—que não podia deixar de louvar o muito zelo e interesse que o digno par mostra pelo estabelecimento de caridade que dirige e a que se tem referido, nem outra coisa era de esperar dos sentimentos de s. ex.ª.

No entanto que diria ao digno par que com menos justiça o censurou (O sr. *Eugenio de Almeida*:—censurou! Eu não censuro o digno par). Ou notou que, elle orador, queria atacar o direito de propriedade da casa pia. Que lhe permitisse s. ex.ª que lhe observasse que não pretendia prejudicar, ou privar a casa pia do beneficio que está recebendo com essa verba, proveniente das corridas de touros; mas que do beneficio, que recebe, a direito de propriedade sobre esse beneficio, vae grande differença.

Se o governo, dadas certas circumstancias, concedesse beneficio ou destinasse essa verba de receita para a casa pia, pôde dadas outras circumstancias, retirar esse beneficio á mesma casa pia, com tanto que por qualquer modo satisfaca a obrigação que tem de sustentar aquelle estabelecimento.

Que a sua proposta em nada prejudicava a casa pia, porque o governo lá está autorisado a apresentar as propostas que julgar convenientes, para

que a verba destruida com a abolição das corridas dos touros, se por outra substitua.

Quando porém á proposta que o digno par o sr. *Eugenio de Almeida* mandou para a mesa, parece-lhe que ella contém uma doutrina contraria á que já se acha votada no artigo 1.º e que por isso não pôde ser approvada.

Que a explicação do digno par mais o confirma na sua opinião, porque a casa pia deve ser sustentada pelo governo, e se não houverem corridas de touros, o governo hade compensar aquelle estabelecimento do prejuizo que tiver pela falta d'essas corridas, e assim que dizia que tanto o artigo 2.º do projecto como as substituições devem ser eliminadas.

O sr. *Marquez de Niza*:—pedi a palavra para dizer ao digno par o sr. *Eugenio de Almeida* que, com quanto já em parte fosse prevenido pelo digno par o sr. visconde de Fontes Arcada, não pôde com tudo deixar de observar a s. ex.ª, que não vê que haja direito de propriedade a compensar. Faz votos para que á casa pia, a esse estabelecimento de caridade, se não tire um unico real, mas não porque reconheça n'ella jus a que se lhe compense direito algum de propriedade, porque, o que a casa pia tem recebido proveniente das corridas de touros, tem sido concedido como um beneficio, e nada mais.

O que o orador queria era evitar discussão, e por isso apresentou aquella substituição a uma parte do artigo 2.º, porque, adoptada ella, cessavam as apprehensões de evasão, ou não invação das attribuições de uma na outra camara. No entanto desceria muito ouvir algum dos ministros, porque se o governo declarar que está de accordo no pensamento do digno par o sr. visconde de Fontes Arcada, isto é, de que providenciaria de modo que a casa pia nada perca, nenhuma duvida teria então, elle orador, em retirar a sua substituição, annuindo á eliminação do artigo 2.º.

O sr. *Presidente do conselho de ministros* (Joaquim Antonio de Aguiar):—disse que é dever do governo prover á sustentação dos diferentes estabelecimentos de piedade e caridade; e, sem dependencia de se fazer menção d'isso n'este projecto, é evidente que o governo ha de prover no desfalque que possa soffrer a casa pia, em consequencia da disposição do artigo 1.º, que a camara já votou. Ha de prover, não a título de indemnização, mas pela obrigação que tem de acudir á sustentação de todos os estabelecimentos de piedade e caridade. Bem pôde ser que o possa fazer pelos meios que o governo tem á sua disposição, sem dependencia do corpo legislativo; mas se for necessario uma proposta apresente-la ha, mesmo sem admitir a idea de indemnização pelo prejuizo que possa soffrer a sustentação d'este pio estabelecimento. Põe s. ex.ª portanto dar a segurança á camara, e principalmente ao sr. administrador d'este estabelecimento (pois é muito louvavel que elle manifeste o zelo que tem por a casa pia), que o governo não se ha de esquecer de prover a qualquer deficiencia que provenha da disposição do artigo 1.º d'este projecto.

O sr. presidente do conselho entende que não ha inconveniente nenhum em que se supprima o artigo 2.º, e por consequencia que se adopte a proposta do sr. visconde de Fontes Arcada (apoiados).

O sr. *Visconde de Athouguia*:—se podesse persuadir-se de que por este projecto se tirava um só real á casa pia, não só se oppunha a este artigo, mas tambem ao pensamento do projecto, porque o illustre director d'aquella casa, mostrando os pequenos rendimentos que tem para satisfazer as grandes despesas d'aquella pio estabelecimento, ainda mais o confirmou na resolução de não dar um voto pelo qual entrasse em duvida se perderia algum dos poucos meios que tem esse pio estabelecimento.

O orador lembra-se que ouvia dizer aos seus discipulos de Coimbra, que nas leis havia um principio que se chamava a razão da lei, e que quando as suas disposições não pareciam bem claras, se recorria á razão da lei para se achar a intelligencia d'ellas.

Não ha n'esta camara ninguém que deseje que se tire á casa pia um só real do seu rendimento: nenhum digno par votaria que se lhe tirasse a minima parcella d'esses poucos meios (apoiados), e por isso ficou mais socegoado depois que o sr. presidente do conselho declarou, que aquelle estabelecimento não havia de soffrer desfalque algum, e que o governo havia prover á sua sustentação como julgasse mais conveniente. Portanto, pediu a palavra só para explicar bem o seu voto. Tem uma certeza moral de que o governo não quer, não pôde, e não ha de deixar de dar á casa pia o rendimento que ella perde, e embora se diga que não tem direito a uma indemnização. É n'este sentido, e com esta segurança, que vota pela eliminação do artigo 2.º. A discussão que tem havido é a razão da lei, é ella que ha de explicar o pensamento da camara.

O orador deseja que o governo entenda bem, que depende d'elle satisfazer os desejos do digno par, para dar á casa pia uma somma que seja igual aquella que se lhe tira; e Deus queira que o seu illustre provedor lhe possa dar a essa somma um destino de que tire grandes interesses.

O sr. *Eugenio de Almeida*:—no ponto a que a discussão chegou, uma insistencia da sua parte seria mal cabida, seria manifestar sentimentos de não tal, e desconfianças que estão completamente longe das suas idéas. O que saiu claro da discussão, pelo voto dos dignos pares que fallaram, e a declaração solemne do sr. presidente do conselho de ministros, é que o desfalque dos rendimentos que resulta para a casa pia, em virtude da disposição d'esta lei, será supprido, ou seja pelos meios ordinarios que o governo tem á sua disposição, ou quando os não haja, pela proposta que ha de fazer ao parlamento para obter o mesmo fim. Esta declaração feita pelo governo e aceita pela camara, assegura-lhe todas as garantias que podia desejar; e por isso, seguindo o exemplo dos dignos pares, pede tambem licença á camara para retirar a sua proposta (apoiados).

Concedida.

O sr. *Marquez de Niza*:—annuindo ás observações que se tinham feito; e achando satisfactorias as declarações do sr. presidente do conselho pediu licença para retirar a sua proposta, visto que essas declarações tinham removido os inconvenientes que a sua substituição tendia a pôr de parte.

Concedida.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—pediria ao digno par, o sr. Marquez de Niza, que retirasse tambem essa parte do artigo, que deixa ficar o mesmo embargo; porque é estabelecer desde já um imposto sobre as corridas de cavallos.

Pede por tanto a eliminação de todo o artigo para não ficarem duvidas.

O sr. *Presidente*:—queira o digno par mandar para a mesa a sua indicação por escripto.

O orador:—sim senhor.

O sr. *Marquez de Niza*:—sem concordar nas razões do digno par, pois não cre que isso seja exorbitar a camara das suas attribuições, mas porque vê que toda a camara deseja eliminar todo o artigo, propõe que ella seja extensiva tambem ao § (apoiados).

Vozes:—votos, votos.

Approvase a eliminação.

O sr. *Presidente*:—então ponho á votação da camara o artigo 3.º, que fica agora sendo o 2.º, e a mesma redacção.

Foi approvado.

O sr. secretario *Conde de Mello*:—pego licença á camara para ler o parecer das commissões reunidas de fazenda e do ultramar, e que foi ha pouco mandado para a mesa pelo sr. visconde de Castellões (lev).

O sr. *Presidente do conselho de ministros* (Joaquim Antonio de Aguiar):—sr. presidente, eu pego a palavra a v. ex.ª antes de fechar a sessão.

O sr. *Presidente*:—creio que attenta a urgencia d'este negocio a camara dispensará a impressão e distribuição d'este projecto, e queerá que immediatamente se trate d'elle; attenta a sua urgencia.

A camara sendo consultada, resolveu que se dispensessem todas as disposições regimentaes para entrar já em discussões os seguintes

PARERECER N.º 11

A commissão encarregada do dar o seu parecer sobre a admissão do ex.º e rev.º bispo da Guarda, D. Manuel Martins Manso, a tomar assento na camara dos dignos pares, n'essa qualidade examinou os documentos que lhe foram presentes, e reconhecendo a identidade de pessoa, é de parecer que seja admittido a prestar juramento, e tomar assento.

Sala da camara, 8 de maio de 1860.—*Marquez de Niza*—*Sá da Bandeira*—*Visconde de Castro*.

Approvado.

PARERECER N.º 12

As commissões de fazenda e do ultramar tendo examinado o projecto de lei, sob n.º 16, vindo da camara dos srs. deputados, pelo qual é autorisado o governo para applicar ás despesas extraordinarias da provincia de Angola até 100.000.000 réis, concordaram unanimemente em dar o seu assentimento ao referido projecto, em vista das circumstancias extraordinarias e urgentes que motivam esta despesa; e são por isso de parecer que o mesmo projecto seja approvado por esta camara para subir á real sancção.

Sala da commissão, 8 de maio de 1860.—*Visconde de Castro*—*D. Antonio José de Mello e Saldanha*—*Felipe Pereira de Magalhães*—*Conde do Bomfim*—*Visconde de Athouguia*—*Sá da Bandeira*—*Visconde de Castellões*.

PROJECTO DE LEI N.º 16

Artigo 1.º É autorisado o governo a applicar ás despesas extraordinarias da provincia de Angola até 100.000.000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Palacio das cortes, em 8 de maio de 1860.—*Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa*, presidente.—*Joaquim Gonçalves Mamede*, deputado secretario.—*Luiz Albano de Andrade Moraes*, deputado secretario.

Não havendo quem pedisse a palavra, foi approvado o projecto, e bem assim a mesma redacção.

O sr. *Presidente*:—tem a palavra o sr. presidente do conselho.

O sr. *Presidente do conselho de ministros* (Joaquim Antonio de Aguiar):—sr. presidente, eu recebi um convite para assistir n'esta casa no dia, creio que 10 do corrente, em que a camara se ha de constituir em tribunal de justiça. Eu entendo, e é para mim fora de questão, que os membros do poder executivo não podem fazer parte de um tribunal de justiça, em que se trata principalmente de um processo instaurado pelo procurador geral da coroa, que é agente do governo (apoiados).

Eu entendo isto; entretanto parece-me que devia fazer esta declaração á camara, a fim de que não estranhasse que eu não comparecesse no dia designado. Acresce que, ainda mesmo que me não considerasse prohibido de comparecer pelo motivo que levo dito, outro havia já que me impossibilita de ser juiz n'esta causa; e é que, entre os processos de que se trata ha um que respeita ao nosso collegio o sr. Ferrão, no qual, até certo ponto, está envolvido um juiz, que é meu parente em gráu que entendo que me não deixa ser juiz. Entretanto a camara verá os motivos pelos quaes eu não compareço ao chamamento que me fez. O meu illustre collega o sr. visconde da Luz pensa como eu, quanto á exclusão que não parece existir entre membros do poder executivo e juizes, com especialidade n'um processo intentado por um agente d'esse poder. (O sr. *Ministro da guerra*:—apoiado).

O sr. *Presidente*:—Amanhã temos sessão. A ordem do dia serão os pareceres que as commissões apresentarem. Está levantada a sessão.—*Eram mais de cinco horas.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 8 de maio de 1860

Os srs. visconde de Laborim, cardeal patriarcha; marqueses de Fronteira, das Minas, de Niza, de Ponte de Lima; archiepo bispo conde; condes de Arrochella, de Avillez, do Bomfim, de Mello, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral, de Vímioso; bispo de Beja, bispo da Guarda; viscondes de Athouguia, de Balsemão, de Benagzil, da Borralha, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Fontes Arcada, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz, de Sá da Bandeira; barão de

maras municipais da Barquinha e Coimbra lançam no azeite que transita pelos seus concelhos. —A comissão de administração publica.

5.º Da camara municipal e mais habitantes de Chaves, pedindo que a directriz da estrada de Chaves a Braga siga pelo concelho de Barroso. —Ao governo.

Dá-se expediente pela mesa ao seguinte requerimento:

«Requero que, pela secretaria do reino, se pegue as camaras de Coimbra e Villa Nova da Barquinha certidão da postura, em virtude da qual e contra a disposição dos artigos 142.º e 143.º do código administrativo, é tributado em 20 réis cada um alqueire de azeite, que não sendo consumido n'aquellas localidades é apenas transportado por aquelles pontos para esta capital e para o Porto. —*Pinto de Albuquerque.*»

É remetido ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Requero que sejam remetidas á comissão de estatística as representações que ao governo e á camara dirigiram as autoridades de Taboão em 27 de novembro de 1856, 6 de março de 1856, 5 de maio de 1857, e 10 de março de 1859; assim como todas as representações da camara de Armamar sobre a representação de território. —*F. L. Gavicho.*»

É enviada á comissão de estatística.

O sr. *Rojão*:—manda para a mesa um parecer da comissão de estatística, sobre a reconstrução dos concelhos de Mora e Mourão.

Manda tambem para a mesa tres projectos de lei.

O sr. *Julio do Carvalho*:—toda a camara sabe que a estrada da Regua para o Porto pela parte que vae da Regua a Amarante é pessima, sendo as diligencias e carruagens tiradas a bois: todos os entendedores concordam que o dinheiro que se gastou n'aquella direcção é um desperdicio, e tem já dito por mais de uma vez, que o unico remedio que ha é fazer uma estrada pela margem do rio Douro da Regua para o Porto. Insisto n'esta necessidade, e para evitar desperdícios futuros, manda para a mesa um projecto de lei n'este sentido.

O sr. *Fração*:—envia para a mesa algumas representações de diversos cidadãos de Lisboa com mil cento e dezoito assignaturas contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

O sr. *Silva Cabral*:—manda tambem para a mesa, contra as medidas financeiras do governo, as seguintes representações: uma da camara municipal de Almódovar em nome dos seus administrados; em segundo lugar a continuação das assignaturas dos cidadãos do concelho de Torres Vedras; e em terceiro lugar uma representação do concelho de Villa Verde com setecentas noventa e cinco assignaturas de cidadãos d'aquelle concelho, representando contra as mesmas medidas financeiras.

O sr. *Mello e Minas*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da leal e valerosa villa de Campo Maior, em que ella por si, e em nome dos habitantes do municipio, pede que o seu concelho seja novamente elevado á categoria de comarca.

Campo Maior é uma das primeiras praças militares do nosso paiz e uma das principaes villas do Alentejo, rica pelos seus productos agricolas, e illustre pelos valerosos feitos de armas que, em diferentes epochas, ali se têm praticado.

Quando o paiz estava organizado militarmente, foi sempre praça de primeira ordem, e era quartel de dois corpos do exercito.

Tambem tinha juiz de fôrça, e depois da extincção d'estes magistrados ficou sendo, por alguns annos, uma das comarcas do Alentejo, vindo a final a ser supprida e annexada a Elvas.

Campo Maior deve outra vez ser erigida em cabeça de comarca, não só pela sua riqueza e população, mas tambem por ser a villa mais proxima a Badajoz, cujos termos confinam um com o outro.

Alem de ser um acto de justiça, é tambem uma medida politica, que fará com que os estrangeiros, passando a fronteira, encontrem a primeira estação das vias ferreas portuguezas, collocada na área de um concelho importante.

O sr. *Mendes de Vasconcellos*:—envia para a mesa uma nota de renovação de pedido ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, relativo á santa casa da misericordia de Elvas.

O sr. *J. M. de Abreu*:—manda a mesa a representação em que a camara municipal de Coimbra pede a esta camara a revogação do § 2.º dos artigos 142.º e 143.º do código administrativo; este pedido, já feito por outras municipalidades, é de conhecida conveniencia publica, porque as disposições d'aquelles artigos davam lugar a grandes abusos, e eram causa de serem defraudadas as camaras de uma parte importante dos seus rendimentos; alem de que por aquelle modo as contribuições sobre o consumo iam pesar quasi exclusivamente sobre as classes menos abastadas, o que é injusto; o governo segundo lhe consta está conforme em attender ás representações das camaras, e pede por tanto que a comissão de administração publica dê quanto antes o seu parecer, apresentando um projecto de lei que resolva este ponto por uma medida geral (*apoiados*).

O cabido da sé de Coimbra tambem o encarregou de apresentar uma representação, em que pede lhe sejam augmentadas as suas congruas; pedido que é da maior justiça, porque uma dignidade ou um conego não pôde sustentar-se com a decencia devida ao seu logar, limitado á congrua de 103800 réis por mez!

Os canonicos assim reduzidos nem podem manter o esplendor do culto, nem ser a remuneração condigna dos serviços prestados á igreja; e o cabido de Coimbra se torna digno de especial consideração pelos serviços e illustração dos seus membros.

O lyceu de Braga o encarregou tambem de apresentar a esta camara uma representação sobre diversos pontos da sua reforma litteraria; honrando-se muito d'esta incumbencia, posto que n'algum ponto não concorde plenamente com os requerentes, espera que serão em geral attendidas as reclamações dos dignos professores d'aquelle lyceu.

Parte d'ellas vão ser resolvidas no regulamento dos lycens, e outras no projecto de reforma que o governo tenciona apresentar á camara; e aproveita esta occasião de responder ao que n'uma das ultimas sessões disse o illustre deputado o sr. Ferrer, que estranhara que o conselho geral de instrução publica não tivesse dado maior impulso ás reformas litterarias, quando muitos dos seus actos já publicados davam testemunho em contrario; e outros já preparados vão ser publicados, dependendo tambem algumas providencias de certas autorisações legislativas, e que por tanto o conselho tinha intendido seriamente na reforma da instrução publica (*apoiados*).

Conclue mandando para a mesa uma proposta.

O sr. *Zeferino Rodrigues*:—manda para a mesa um parecer da comissão de petições.

O sr. *Afonso*:—envia para a mesa um requerimento de Francisco Maria Abondano, que serviu nos batalhões nacionaes da cidade do Porto, que pede lhe seja concedido o beneficio do decreto de 11 de agosto de 1856.

O sr. *Henriques Secco*:—tendo tido a honra de haver recebido uma representação dos habitantes do extinto concelho de Avô, contra as medidas financeiras do governo, agora a manda para a mesa; e por que esta camara resolveu não mandar publicar as representações d'esta ordem, respeitando, mas divergindo de similhante resolução, pede que se dê

á representação o mesmo destino que ás mais sobre o objecto, e designadamente á dos honrados habitantes da cidade de Coimbra, á qual adhire e hoje faz sua, visto que a occasião se lhe depara para o fazer.

Os independentes cidadãos da muito antiga e nobre villa de Avô lembram á camara os muitos serviços que seus antepassados prestaram ao paiz, e lembram-nos bem, porque d'elle era, para tudo resumir n'um homem só, Braz Garcia Mascarenhas, o auctor do *Viriato Tragico*, tão illustre entre os guerreiros, como na companhia das musas. E esses serviços reclamam, alem de outros motivos, o alivio agora de novos encargos, mórmente quando ha cordura de não pedir isenção d'elles, mas só pedir que se não augmentem até que se façam as economias que o paiz reclama.

Em seguida falla de um facto de que tem noticia, e vê mesmo mencionado nos jornaes de Coimbra com algumas circumstancias que o acompanham; e é o chamado tumulto e assada que se diz feita pelos povos de Vil de Mattos á autoridade administrativa d'aquella cidade, quando ali foi para fazer distribuir agua aos que obtiveram licença para semear arroz.

Não é sua intenção censurar esse funcionario administrativo, nem mesmo a autoridade superior que preside aos destinos do districto, cujas intenções cre mesmo boas; mas apesar d'isso persuade-se terem logar as seguintes reflexões.

Se bem certo está nas disposições adoptadas pelo governo em diferentes portarias, e pelos governadores civis em muitos editaes, e até pelo de Coimbra, a muito curta distancia das terras que se dizem licencceadas para arroz, de muitas povoações que as avizinham, não ha logar a fazer-se a concessão; e se o governador civil interino a deu, de certo foi illudido nas informações que lhe prestaram.

Vê-se pois a muita justiça que assiste aos povos de Vil de Mattos, e outros vizinhos, para não de-sejarem hoje ás suas portas as mesmas scenas de desolação dos annos de 1853 e 1854, em que grande parte da povoação foi dissimada pelas febres malignas, causadas pela sementeira dos arrozacs, e até pela forma do seu cultivo.

Mas, na hypothese de que se trata, ha mais razões a favor dos povos, porque não tendo os predios licenciados agua propria, é forçoso aos cultivadores do arroz ir tirá-la á valla geral, que ali corre. Ora certo é que nem nas vallas, nem nos rios publicos pôde qualquer por autoridade propria fazer represas, nem toda a autoridade é competente para conhecer do regimen dos rios; sendo certo, no caso de que se trata, que essa autoridade pertence á junta do Mondego, como affluente que é do rio a valla de que se trata, ou valla dos Fornos.

Não ha por consequencia a punir os povos pela sua justificada opposição á cultura do arroz, mas ha a fazer-lhes justiça, como lhes deve ser feita, attendendo a que a saúde publica está primeiro que quaesquer direitos de propriedade particular, que é sempre restricta á conveniencia geral.

O sr. ministro do reino tem prometido á importante questão da cultura do arroz por uma medida permanente e generica, mas tal medida tarda já, e os povos soffrem.

Conclue pedindo que o governo tome as necessarias providencias para o descobrimento do roubo importante feito ás religiões de Lôrvão, e punição dos criminosos, porque são senhoras dignas do amparo publico; ainda que suppe que as duas autoridades do districto e do concelho terão já feito a sua obrigação, prevenindo as diligencias do governo.

O sr. *Lobo d'Avila*:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Gonçalves de Fregitas*:—requer, por parte da comissão do credito predial, seja consultada a camara, a fim de que o sr. Mello Soares, visto ter assistido a algumas reuniões d'essa comissão, seja a ella addido.

Resolve-se affirmativamente.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 41

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—vem á tribuna porque não pôde forçar a voz, e deseja ser ouvido pela assembleia.

Revendo os apontamentos feitos na sessão passada sobre algumas arguições apresentadas pelo sr. Avila, não pôde de novo deixar de dizer alguma cousa sobre o seu objecto. É grave que se diga n'uma camara, que houve escandalos n'um negocio que o governo apresentou á sua approvação, sobre tudo quando é um contrato feito pelo governo, e quando esse contrato envolve em si o desembolso de valiosas sommas para o thesouro.

O illustre deputado disse que havia escandalos, mas é verdade que disse tambem, que o governo estava innocente n'elles. Tinha notado já á camara que o primeiro escandalo apresentado pelo sr. deputado, e do que disse que tinha provas, mas que não apresentou, foi a concessão de um habito de Christo a um dos concorrentes.

Já notou como era contradictoria esta asserção de que havia escandalos e de que o ministerio era innocente, porque o facto em si de se dar um habito não é escandalo, o unico escandalo seria se esse habito fosse dado por alguma corrupção, e não como paga de serviços ao estado. Seria escandalo se fosse dado para afastar um concorrente da praça, prejudicando os interesses do paiz.

Disse mais o illustre deputado que havia um contrato, que não mostrou, declarando-se o unico juiz da apresentação d'elle, e de dizer os nomes que se envolviam n'esse contrato. Disse mais, que havia lucros que se repartiam com um cavalleiro que se ex.ª conhecia, mas que era estrangeiro e estava fóra do paiz, e que esses lucros recebiam-se para pagar os esforços feitos para obter este contrato. São estas as asserções de s. ex.ª, e o sr. deputado tem obrigação moral, tem um dever de lealdade e de delicadeza a cumprir, ou dizendo o nome d'esse cavalleiro ou respondendo a uma pergunta que lhe dirige.

Já mostrou á camara (e traz os documentos) de que esta negociação começou no tempo em que o illustre deputado era ministro, ou para melhor dizer, achou esta negociação completa, e não fez mais do que acrescentar alguns artigos importantes, e que dão garantias ao governo.

Como disse, traz os documentos; todas as propostas de Langlois, que datam de muito tempo; e nas consultas do conselho de obras publicas. Nas primeiras pedia-se um preço extraordinario pelo custo kilometrico das estradas que se haviam de construir, e impunham-se outras condições que eram inadmissiveis. O governo ouviu o conselho de obras publicas sobre estes pontos, o qual poz objecções a esta concessão. Essas consultas foram mostradas ao concessionario, e deviam sê-lo, porque se negociava com elle; e o proponente accedeu ás observações feitas pelo conselho, e riscou da sua proposta as condições que eram inadmissiveis, e diminuiu o preço kilometrico. Tem presentes as consultas do conselho, feitas antes d'aquella que está publicada nos documentos que foram presentes á camara no tempo em que o illustre deputado era ministro; e tem cinco ou seis propostas successivas de Langlois, que em rasão das observações feitas pelo conselho as reformava ou renovava de accordo com as observações que se lhe faziam. Por exemplo, o conselho de obras publicas ponderava os inconvenientes que se davam em contratar todas as estradas,

ou um grande numero d'ellas, porque d'esta maneira ficavam muitos dos nossos engenheiros sem occupação; e logo na proposta seguinte o concessionario veio metter a condição de que seriam empregados pela companhia os nossos engenheiros, e com effeito é o que está determinado no contrato. Diz mais na sua proposta que o governo mandaria examinar os projectos que havia de algumas estradas em diversos pontos do paiz, para elle poder melhor examinar e fixar o preço kilometrico; finalmente, depois que o concessionario se conformou com as indicações do conselho, o governo mandou ao conselho que fizesse a norma do contrato, por consequencia achou feita a negociação, passando-se tudo isto no tempo em que o illustre deputado era ministro.

Pergunta se o cavalleiro estrangeiro a que alludiu o illustre deputado, e que não está no paiz, como diz s. ex.ª, quer ter lucros na empreza para pagar serviços feitos em obter este contrato? Se assim é, d'aqui vinha uma suspeita de corrupção. Se o illustre deputado não tem obrigação de dizer o nome d'esse cavalleiro, tem obrigação de dizer, e é o que lhe pergunta, se esse cavalleiro esteve em Portugal, sendo elle, orador, ministro ou quando o sr. deputado o era? (*apoiados*.)

Não faz esta pergunta para retaliar; não faz isto para enviar ao illustre deputado as allusões que apresentou contra o governo, porque não só outra cousa, e não quer usar d'esses meios nem d'essas armas; mas quer que se prove se esse cavalleiro quer receber dinheiro, como disse o sr. deputado, para se pagar dos esforços que fez para obter este contrato.

Já disse que não vem accusar o illustre deputado, porque não accusa ninguém quando não tenha provas para isso; pelo menos quando não tenha a consciencia de que as pessoas são culpadas, mas pôde repellir insinuações por factos de que está persuadido, que nem elle nem o sr. deputado eram capazes de praticar. Não costuma lançar insinuações, nem vem trazer factos quando não possa dizer, aqui estão as provas.

Estava certo de que ninguém diria que a corrupção foi exercida por parte dos ministros seus antecessores, porque não se deu um só acto n'este negocio, que fosse digno de censura; mas para quebrar a arma da calumnia na mão de quem d'ella quizer usar, é que deseja que se declare se esse cavalleiro que fez esforços para obter este contrato, de que pede a paga, esteve em Portugal quando o sr. deputado era ministro, ou quando se fizeram as negociações, ou na epocha actual?

Disse-se que houve escandalos n'este contrato; não sabe se os houve, talvez os houvesse, talvez tenha conhecimento d'alguns, mas esses escandalos não invalidam a resolução do governo, antes pela contrario a justificam (*apoiados*); mas não lança mão d'essas armas porque o governo pôde justificar o seu procedimento á vista dos documentos que apresenta.

O sr. deputado, fazendo-se de boa fé, (está convencido d'isso, porque ás vezes os interesses partidarios atraíam os melhores interesses) (O sr. Avila:—*apoiado*.)—(O sr. *Alves Martins*:—*apoiadissimo*), fazendo-se de boa fé procurador de interesses ou de intuitos de uma das partes interessadas n'esta questão...

(O sr. Avila chama á ordem o sr. ministro, e pede que se tome nota das palavras de s. ex.ª, porque tenciona responder a ellas. *Muitas vozes*:—ordem, ordem; grande agitação e alarido por alguns minutos.)

O sr. Avila:—quer que se lhe dê a palavra para provar que o sr. ministro não está na ordem.

O sr. *Presidente*:—tocando a campainha, e depois de restabelecido o socego, declara que visto o sr. ministro ser chamado á ordem, segundo o regimento, podia continuar o seu discurso, principian-do por mostrar se estava ou não na ordem.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa) (continuando):—a camara tomará nota de quem é que promoveu esta excitação. Como deputado e como ministro tem direito de explicar o sentido das suas palavras, e de provar que o sr. deputado não tinha direito de o chamar á ordem: o mais que podia fazer era pedir a palavra para lhe responder, e usar d'ella quando o sr. presidente lhe a desse (*apoiados*).

O sr. Avila:—mas o sr. ministro não tem direito de me fazer insinuações.

(*Vozes*:—ordem, ordem.)

O orador:—vae mostrar á camara como estava na ordem; e espera e pede ao sr. deputado que ouça a sua demonstração. (O sr. Avila:—peço a palavra sobre a ordem.)

O sr. deputado disse n'esta camara, e appella para a memoria de todos, que tinha havido escandalo n'este negocio, mas que o governo estava innocente.

O sr. Avila:—mas isso é que o sr. ministro não disse da primeira vez.

O orador:—não sabe como se possa dizer que houve escandalo n'um contrato feito pelo governo, estando o governo innocente n'esse escandalo.

O sr. Avila:—o sr. ministro está falseando o que eu disse.

(*Vozes*:—ordem, ordem.)

O orador:—pede ao sr. deputado que o ouça como elle, orador, o ouve quando falla, e ainda ha pouco o sr. deputado empregou as expressões *calumniosas e perdidas*, e elle, orador não pediu que se tomasse nota d'essas expressões, porque sabe conservar o sangue frio necessario para ouvir e desprezar as injurias que são feitas ao seu caracter (*apoiados*).

O sr. deputado disse que tinha havido escandalo n'este negocio, e o primeiro que citou foi o habito de Christo dado a um estrangeiro; e depois acrescentou que o governo estava innocente, o que quer dizer, que segundo a jurisprudencia do sr. deputado, o governo ou o individuo pôde commetter um acto escandaloso e estar innocente; por consequencia, elle, orador, pôde dizer tambem que o sr. deputado, sem má intenção, sem saber mesmo o resultado do que tinha dito; fallando como fallou, se tinha feito procurador dos interesses ou intuitos de uma parte interessada n'este negocio. Por consequencia appella para toda a camara para que declare se era elle, orador, que estava fóra da ordem, ou se era o sr. deputado interrompendo o, quando demais a mais tinha tomado desde logo a precaução, e a tomara de veras, de dizer que o sr. deputado o fez de boa fé, e tanto que acrescentára, que ás vezes os interesses partidarios atraíam as melhores intenções. Entendo portanto que estava na ordem (*apoiados*).

Da maneira por que se resolver o negocio ha interesse para diversas partes, e não quer isto dizer que deixe de haver boa fé em quem defende de um ou de outro modo. Dizia pois que o illustre deputado, fazendo-se de boa fé, com as melhores intenções...

O sr. Avila:—fazendo-se de boa fé, quer dizer, fingindo-se de boa fé; peço que se tome nota d'isto.

O orador:—fazendo-se de boa fé, não é fingindo-se de boa fé. O sr. deputado disse já que esta scena tinha sido ensaiada, e elle, orador, declarava e repetia que era falso; agora o que podia dizer era que o sr. deputado estava fazendo de proposito estas interrupções para elle, orador, não poder ser ouvido (*apoiados*). Dizia que o illustre deputado, de boa fé, ou fazendo-se de boa fé, não é fingindo-se...

O sr. Avila:—mas eu pergunto'o quer dizer, em lingua portugueza, fazendo-se de boa fé?

O orador:—pode ser que não saiba a lingua portugueza, mas se assim for, ao menos substitua essa falta a explicação que dá das suas palavras. É a primeira vez que se vê n'esta camara levantar-se um ministro para se defender de arguições que lhe são feitas, e não o poder fazer em consequencia de ser constantemente interrompido por aquelle mesmo que lhe dirigiu essas arguições!

O illustre deputado trouxe para esta camara uma conversa particular, passada no gabinete do ministro, dizendo que não podia separar a qualidade de homem e de ministro do mesmo individuo, quando elle fallára com aquelle proponente sobre o negocio publico de que se trata: foram estas as expressões do sr. deputado.

A camara estará lembrada de um facto que teve logar n'esta mesma casa, ainda não ha dois annos, com uma carta escripta por um sr. ministro, collega do sr. deputado, e seu illustre predecessor na pasta das obras publicas; era uma carta particular, escripta pelo ministro a um proponente de obras publicas, sobre negocios publicos. O sr. deputado estava no seu direito de se corresponder com os proponentes de obras publicas, e a maioria da camara não deixou acabar de ler essa carta, dizendo que era um documento particular, que não era official; de modo que uma carta escripta por um ministro a um proponente de obras publicas sobre negocios publicos era um documento particular de que se não podia fazer uso, que não podia vir á discussão, mas uma conversa particular, de que não ha testemunhas, e que foi apresentada pela parte interessada no intuito de defender os seus interesses, essa pôde apresentar-se aqui, e a camara deve fazer obra por ella! A camara que tire a consequencia, e veja como se entra n'esta questão (*apoiados*).

Espera que o sr. deputado, quando tiver a palavra, revele á camara o nome do cavalleiro a que se referiu, e se tiver n'isso melindre, ao menos declare se esse cavalleiro esteve em Lisboa desde que elle, orador, é ministro, ou se esteve quando era ministro s. ex.ª

Entrando na questão, sente que não esteja presente o sr. Gaspar Pereira da Silva, entretanto não pôde deixar de dizer algumas palavras em resposta a algumas observações do illustre deputado.

Disse o sr. deputado que a questão do praso se não devia resolver pelo direito civil, porque é um acto de administração, mas que em direito administrativo não ha nada sobre prazos. Pois se não ha regra nenhuma administrativa que regule estes prazos, o que se deve seguir? Parece que pelas regras da grammatica e do bom senso, logo que o decreto diz a datar de tal dia, deve seguir-se o sentido grammatical. Mas o governo não confiou, não se decidiu por si só, consultou sete dos mais distinctos advogados da capital, mas o parecer dos srs. Abel, Bruchy, Beirão e outros, na opinião do sr. Avila, não vale de nada, e tudo quanto disseram não inexactidões! Lá fôr a um dos auctores que o sr. deputado citou considera esta questão uma controversia controversissima; mas para o illustre deputado é uma cousa facilissima, e só elle é que entende a questão!

O mesmo sr. deputado Gaspar Pereira expoz longamente a theoria da contagem do praso das letras de cambio; respeita muito a sciencia, probidade e intelligencia do illustre deputado; mas é uma cousa sabida, que os homens habilitados e habituados em uma especialidade tendem a resolver todas as questões pelo mesmo modo; o illustre deputado, costumeado a tratar de questões commerciaes, não admira que queira resolver tudo commercialemente; mas um concurso não é uma letra de cambio.

Disse o illustre deputado que a contar-se da maneira que o governo entendia, o dia em que se publicou o decreto não fica completo, porque o decreto não se publicou logo no principio do dia, e para provar isto apresentou diversos auctores, leu diversos trechos em latim, que elle, orador, não estaria agora a repetir, porque todos sabem que ha textos contra textos, latim contra latim, e direito contra direito a este respeito.

Os argumentos dos illustres deputados foram quasi todos como aquelle, em que se quiz provar, que se sete dos primeiros advogados de Lisboa deram a sua opinião a favor da do governo, os outros quarenta e tres, suppondo que em Lisboa ha cincoenta, são de opinião contraria; de maneira que pela theoria do illustre deputado, quando aqui apparecem representações de dois, tres ou cinco mil individuos contra propostas do governo, os outros tres milhões de cidadãos que deixam de representar, deve entender-se que é porque são de opinião contraria. Aqui está aonde conduz a logica do illustre deputado.

Se o governo não for muito severo nas questões de concurso, se o governo depois de concluido o praso admitir um concorrente que offereça um preço menor, ás vezes com intenções de não fazer a obra, e sómente com o fim de prejudicar os outros, não haverá homens de boa fé que venham aos concursos.

Quando teve logar a adjudicação d'este contrato, deu-se um facto notavel. A circumstancia de que havia quem offerecesse um preço menor, e por consequencia que o estado podia fazer uma grande economia, podia fazer impressão no publico, e tratou-se de especular com o facto contra o governo nas vespas das eleições. E succedeu um facto curioso. Antes de se saber no publico qual era a decisão do governo, correu que elle tinha decidido a favor dos proponentes que foram excluidos, e um jornal da opposição condemnou logo a decisão do governo, dizendo que elle tinha cedido a influencias perniciosas e prejudicando direitos de terceiro; e passados poucos dias, sabendo-se qual tinha sido effectivamente a decisão do governo, esse mesmo jornal começou a atacar essa decisão. D'aqui vê a camara qual é a boa fé com que esta questão tem sido tratada.

E a camara pôde avaliar que discursos seriam pronunciados se o governo tivesse feito o contrario d'aquillo que fez, se não fizesse o mesmo que tinha feito com contratos anteriores e que tinha seguido com o sr. Salamanca, concessionario que a opposição dizia que o governo desejava favorecer, porque os seus representantes tambem vieram licitar n'este contrato, e porque não vieram a tempo, foram excluidos, como os srs. Guedes e visconde de Orta.

Tambem se disse, impugnando o contrato, que nada se tinha adiantado sobre contratos de obras publicas. Pede que se compare este contrato com outros anteriores, e não diz isto com ufania, porque o merecimento não é seu, mas do conselho de obras publicas, que fez a norma do contrato, e do sr. Carlos Bento que tambem assignou essa norma. Se se examinar a legislação franceza, a mais rigorosa a este respeito, ver-se-ha que no contrato estão transcriptas todas as disposições que dão garantias ao governo.

O sr. deputado para provar que as condições do contrato eram boas, argumentou com argumentou na questão dos sete juriconsultos; e havendo no contrato uma disposição que elle, orador, introduziu, que diz que cada mez se pagará a obra feita, mas que em caso nenhum se poderá pagar mais de 20 por cento, alem da parte correspondente ao tempo, esta disposição que é uma grande garantia para o governo, apresentou-a o sr. deputado como uma disposição ruinosa, dizendo que o governo ha de ter que pagar sempre mais 20 por cento.

Mas a parte principal dos argumentos do sr. de-

putado é o custo das estradas. S. ex.ª notou que na tabella que foi mandada publicar pela comissão de obras publicas se encontram incluídas no preço total de cada uma das estradas as obras de arte que excedam a 10.000\$000 réis, e que essas devem ser excluidas, o que é verdade, e tambem se incluem os trabalhos de conservação, que tambem deviam ser deduzidos. Porém o sr. deputado foi procurar exactamente as estradas que tinham custado menos, não se lembrando d'aquellas que eram mais caras, e exactamente acontece que são mais caras n'aquellas provincias onde hão de ser construídas as estradas contratadas.

A estrada de Coimbra ao Porto, feita em grande parte pelo leito antigo e por consequencia não houve necessidade de expropriações, custou cada kilometro 5:636\$000 réis, e deduzindo as pontes, que custaram para cima de 10.000\$000 réis, que são apenas duas, ainda fica cada kilometro por 5:211\$ réis, isto é, 1.000\$000 réis por kilometro mais que o preço contratado.

A estrada de Braga a Bragança, que é exactamente um dos pontos em que agora se contratam estradas, sêe cada kilometro por 9:921\$000 réis, e deduzindo-se duas pontes, que custaram para cima de 10.000\$000 réis, fica ainda o kilometro por 8:899\$000 réis.

A camara tambem conhece o preço das estradas no Algarve, como a estrada de Faro a Loulé e de Faro a Tavira, e ali não ha pontes a deduzir que custassem mais de 10.000\$000 réis.

São verdadeiras as circumstancias que apresentou o illustre deputado, que explicam o preço excessivo d'estas estradas, e se ellas não existissem de certo não se apresentava o contrato, porque ninguém quereria fazer uma obra por metade do seu custo, nenhum empresario quereria fazer estradas por menos de metade do que custam as nossas estradas.

O sr. deputado, que parece estar tanto ao facto dos negocios d'esta empreza, disse que o concessionario não tinha meios para fazer o deposito, e que fôr pedir o dinheiro emprestado. O governo não sabe quem deu o dinheiro; sabe só que o dinheiro está depositado no banco de Portugal, e que essa caução é a que responde.

Mas em contratos d'esta ordem o que se exige em França principalmente, é que a pessoa que contra a empreitada mostre que foi empreiteiro, e não que seja capitalista. Se este contrato tivesse logar em França, não haveria questão alguma, porque só Langlois é que provou que tinha sido empreiteiro.

O governo fazendo este contrato o que quiz foi que se fizessem estradas, e não tem predilecção por contractors. Teve a fortuna de achar este negocio preparado, e de ver que o contrato tinha o voto unanime de todos os homens praticos e competentes, e resolveu o negocio como tinha resolvido outros analogos, sem condescendencia nem contemplação pela jerarchia, nem pela posição especial de ninguém; a camara conhece o contrato, conhece as necessidades das provincias cuja viação elle tende a melhorar, e decidirá como entender mais conveniente aos interesses publicos (*apoiados*).

É introduzido na sala e presta juramento o sr. J. M. Latino Coelho.

O sr. Avila (sobre a ordem):—pediu a palavra sobre a ordem para mandar para a mesa duas moções de ordem, e estima muito ter reservado estas moções para agora, porque sustentando-as, terá occasião de corrigir os factos inexactos que o sr. ministro acaba de apresentar com relação ao discurso d'elle, orador.

A primeira das moções é a seguinte:

«Proponho que a camara resolva, como questão prévia, se no concurso a que se procedeu para a adjudicação do contrato que está em discussão, foi contado o praso para o concurso, segundo as leis do reino. —*Antonio José d'Avila.*»

Esta moção parece que deve ser votada antes de se votar o projecto na generalidade, e o que pede é que elle fique em discussão conjuntamente com a materia principal.

A segunda moção é uma substituição ao artigo 1.º de que fez menção quando fallou sobre a materia, mas que foi esquecida completamente pelo sr. ministro das obras publicas, porque se s. ex.ª se tivesse dado ao trabalho de o ouvir, se tivesse mesmo lido o extrato do seu discurso, publicado no *Diário de Lisboa*, tinha-se poupado á verrina que pronunciação contra, elle orador; e agora que está a sangue frio sente ter-se irritado, porque tendo já ouvido a s. ex.ª uma igual verrina contra o sr. Fontes, hoje seu collega, não podia esperar ser melhor tratado pelo sr. ministro do que foi o seu collega.

A substituição é a seguinte:

«Artigo 1.º E o governo autorisado a fazer proceder á construção das estradas mencionadas na tabella annexa á presente lei, e que d'ella faz parte.

«Art. 2.º O governo empregará os meios necessarios para que as mesmas estradas estejam concluidas até ao fim do anno de 1862.

«Art. 3.º O governo poderá contratar as obras das referidas estradas, com quaesquer empresas ou companhias, segundo as prescripções das cartas de lei de 22 de julho de 1850 e 1854. —*Antonio José d'Avila.*»

O sr. ministro disse que elle, orador, se estava fazendo de boa fé protector de outros interesses, o que quer dizer, que se estava fingindo de boa fé...

O sr. *Presidente*:—não o entendeu assim, e se o tivesse entendido, teria pedido ao sr. ministro que explicasse a sua expressão.

projecto do governo, e não queria a responsabilidade d'esta má interpretação para os poderes publicos, porque primeiro que tudo é homem do seu paiz (apoiados). Foi este o sentido em que fallou, e diga a camara se n'esta maneira de argumentar havia nem a mais leve offensa das regras parlamentares, da consideração que deve aos srs. ministros, e do que deve a si proprio! Pois elle, orador, que diz apague-se todo o vestigio d'esta transacção, e faça o governo as estradas por sua conta, defende os interesses de alguém que não sejam os do thesouro! Pois era homem para vir aqui defender as pretensões de ninguém! Quem defende as pretensões do contrahente é o governo.

O sr. ministro disse umas poucas de cousas que são inexactas, porque disse que elle, orador, tinha ido buscar as estradas mais faces sem se lembrar de que n'essas estradas se havia começado pelos lanços de menor difficuldade, quando elle, orador, tinha ido buscar as estradas todas, e repete a demonstração.

Disse que as estradas feitas no reino até 31 de dezembro de 1858 custaram 4.320.000\$000 réis, e deduzidas d'aqui as despesas de conservação e outras 3.986.000\$000 réis, mas as estradas promptas eram 888.195 metros, e as que estavam em construção 112.971 metros, e contadas pela metade como o sr. ministro conta, isto dá 4.219\$000 réis por kilometro, sem aqui entrarem as despesas da fiscalização, que por força se hão de deduzir no caso actual.

O sr. ministro foi procurar a estrada de Lisboa ao Porto, e apresentou calculos inteiramente inexactos. Está costumado a ouvir dizer, que n'esta estrada se gastaram sommas fabulosas, como já se tinha dito o mesmo a respeito da estrada do Alemtejo: podia sair mais barata, mas por este contrato sairia mais cara. Até 31 de dezembro de 1858 estavam feitos 273 kilometros, e o custo da obra até essa data pouco excedia a 1.100.000\$000 réis, e isso não chega a 4.000\$000 réis por kilometro, e muito menos aos 5.000\$000 réis que o sr. ministro disse, porque foi contar despesas de conservação que o concessionario não faz....

O sr. ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—não disse de Lisboa ao Porto, mas de Coimbra ao Porto.

O Orador:—s. ex.ª accusava-o de ter fallado em bocadinhos de estradas, quando fallára na estrada de Lisboa ao Porto, e s. ex.ª é que foi fallar em um bocadinho de estrada.

Isto é uma vergonha, e elle, orador, não queria por cousa nenhuma do mundo o papel que o sr. ministro tem representado.

Ao mesmo tempo que s. ex.ª foi buscar um bocadinho da estrada de Lisboa ao Porto, na estrada do Alemtejo foi contar as despesas de conservação, e outras que o concessionario não ha de fazer.

Aqui temos as duas primeiras estradas do reino, a do Alemtejo que tem trinta leguas, e a de Lisboa ao Porto que tem setenta leguas, custando um preço inferior áquelle que s. ex.ª vai contrahir com Langlois!

E pelo que respecta ás outras estradas que citára, como quanto o sr. ministro dissesse que não estavam acabadas, acreditou que o estavam, porque, vendo no Boletim das obras publicas lanços de estradas promptas, entendia que eram estradas acabadas.

Depois o que disse foi que o governo não tinha meio de verificar se as obras que a empreza diz que valem 100.000\$000 réis, os valem com effeito, e se está autorisado para dar mais 20 por cento, quando sejam feitas dentro de certo prazo.

Vae acabar, para que os seus collegas se não affijam, mas não podia deixar de dizer isto, porque o sr. ministro o empraçava para responder a algumas perguntas, que por força haviam de ter resposta.

Em primeiro lugar s. ex.ª veio allegar que este contrato era obra d'elle, orador, e o que ha n'isto de notavel é que elle ouvia dizer o anno passado, em março, que não achou nada na gaveta, e seis mezes depois foi achar este contrato. Pôz o contrato a concurso em setembro do anno passado, e não teve a coragem de dizer que é seu: era do sr. Carlos Bento, e d'elle, orador!

Ora, disse o sr. ministro das obras publicas, que tinha sido apresentada na camara uma carta do sr. Carlos Bento, que foi entregue á publicidade sem a sua licença....

O sr. Palma:—é a conversação particular?

O Orador:—é publicá-la na camara dos pares. Mas diz o sr. ministro:—eu quero saber se esse homem, a que se refere o illustre deputado, veio ou não a Lisboa quando eu era ministro, e s. ex.ª tem meios de o saber.

O sr. ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—não sei quem é.

O Orador:—pois eu lh'o direi ao ouvido.

O sr. ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—é necessário que diga quando esteve em Lisboa.

O Orador:—quando eu estava no ministerio.

O sr. ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—bem.

O Orador:—o que se conclue d'ahi? É que o ministerio de que fizera parte não foi fazer o contrato, e a prova é que o não fez.

Não sabe quando esse sujeito se ausentou de Lisboa, porque, se é verdade que o procurou quando era ministro, não o viu mais depois de deixar de o ser.

Ora o sr. ministro das obras publicas viu na argumentação do prazo que elle, orador, resolvesse esse negocio *ex cathedra*, quando o que dissera tinha sido, que elle era duvidoso, e tendo consultado um alto tribunal, que lhe disse que havia estado mal, devia resolver a favor do thesouro. Se esta questão podia ser de duvida entre os interpretadores das leis romanas, nunca o podia ser em Portugal, porque, pela ordenação, pela reforma judiciaria, e pelo codigo commercial o dia é que nunc se conta no prazo.

Fallou-se nos sete advogados, e citaram-se os nomes. Elle, orador, não citou nomes, mas perguntou: em questões d'esta ordem quando ha sete juristas consultos que são de uma opinião, e muitos outros de opinião contraria, com que direito se resolve a questão lesando-se o thesouro?

Se o sr. ministro viu que tinha contado mal o prazo no contrato Salamanca, e que no dia immediato áquelle em que havia fechado a praça appareceu um concorrente ao qual fechou as portas, por esse facto devia ter ido ao paço dar a sua demissão; não se segue de ter contado mal a favor do sr. Salamanca, e contra o thesouro, que por força d'ahi em diante contasse sempre mal, sem ao menos declarar, que o dia da publicação do edital se contava no prazo.

As propostas são admittidas, e ficam em discussão conjuntamente.

O sr. ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—não quer, nem deve praticar a cobardia de deixar um seu illustre collega, o sr. ministro das obras publicas, vergando debaixo das accusações que acaba de lhe fazer o illustre deputado, sem se associar completamente á sua sorte, e tomar a sua responsabilidade (muitos apoiados).

Este escandalo, estas torpezas, estes crimes, porque estes crimes e torpezas é que são o escandalo praticado por parte do governo, saibam-o todos, saibam-o o paiz, do qual o illustre deputado diz que tem a opinião em seu favor, mas que elle, orador,

ainda não sabe por quem será (apoiados), foram resolvidos em conselho de ministros, com a opinião de todos os seus collegas, e com assentimento dos homens competentes sobre a materia, que foram chamados para dar a sua opinião sobre este negocio (apoiados).

Sente que o illustre deputado, homem grave, sério, parlamentar antigo, e a cujo caracter e intelligencia sempre tem prestado testemunho, leve uma questão de principios, uma questão de administração e de interesse publico, para um terreno escorregadio, improprio de um cavalheiro, que se preza, e com razão, como elle, de fazer justiça aos seus adversarios, suppondo que não ha probidade, não ha amor do bem publico, não ha sentimentos nobres e elevados senão da parte d'aquelles que combatem o projecto, e que da parte do governo está o escandalo, que é o mesmo que o crime, porque o escandalo não é erro, e o erro de intelligencia desculpa-se em todos. Mas o escandalo, se o ha, é necessário que seja castigado e verberado: é necessário puni-lo, e é necessário que a camara conheça os homens que se sentam nos bancos dos ministros, tendo a responsabilidade d'esta proposta, merecem ou não ser estigmatizados com o ferrete que compete áquelles que trahem, debaixo de qualquer principio, os principios de decore e moralidade publica, e os interesses mais caros da sua patria.

Quaes são estes escandalos? A camara ouviu o illustre deputado fallar duas vezes: já o viu tomar a palavra em duas sessões diferentes, e quaes são os fundamentos que o illustre deputado adduziu para sustentar a parte que o governo tinha tomado n'este escandalo? Foi o não admittir a concurso um ou dois concorrentes que chegaram mais tarde, que chegaram fora de tempo, e a quem o governo não tinha a facilidade (note bem a camara) para fazer essa concessão, desde o momento em que entendem que o prazo tinha findado a 26, e que mais de um meiz depois vieram propor uma redução de 200\$000 réis (muitos apoiados) no preço de cada kilometro. Trinta e dois dias depois da epocha em que, segundo a contagem, devia ter findado o concurso, é que vieram dizer que reduzião 200\$000 réis em cada kilometro (muitos apoiados).

Tambem é amigo dos interesses do seu paiz, tambem tem obrigação de o ser, e não é nenhuma virtude que venha inculcar á camara; mas se se admittir o principio de que, depois de um contrato feito, depois de passados trinta dias, pôde vir qualquer individuo prejudicar e annullar as resoluções do governo, só porque diz: eu fazia-o mais barato, então não teremos nem concurso, nem estradas, nem obras publicas (muitos apoiados), porque tudo se destrõe diante d'este principio subversivo (apoiados).

Deviam guardar para mais cedo fazer estas observações (apoiados), e não era quando toda a gente sabia qual o prazo do contrato, e qual a epocha em que tinha findado a licitação; não era quando todos sabiam isto, que se deviam lembrar de vir declarar que faziam estas obras por tal preço, talvez para pôr os poderes publicos na pressão de resolver a seu favor, ou de se declararem infestos aos interesses publicos e contrarios á economia do thesouro, realisando uma proposta por um preço superior áquelle porque outros queriam realisá-la.

O contrato, que é submettido ao exame da camara, foi feito provisoriamente sobre consulta da corporação competente para aconsellar o governo em objectos d'esta natureza, o conselho das obras publicas, como se vê dos documentos apresentados á camara. Em todos se diz ao governo que este contrato era bom, e diz-se que este preço era inferior ao termo medio do preço porque tinham saído as estradas; e o illustre deputado, a quem se refere, entende, depois das apreciações que fez de alguns documentos publicos, que este preço está exagerado n'este contrato.

Ao illustre deputado responde a corporação technica, o conselho das obras publicas, que diz que este preço era um preço conveniente para se fazer este contrato; e se acaso se argumenta com o peso de autoridades, se se pretende dominar a opinião da assembleia por estas razões e por estes argumentos, então pede licença para dizer que os srs. visconde da Luz, José Feliciano da Silva Costa, João Luiz Lopes, Plácido Antonio da Cunha e Abreu, José Victorino Damazio, João Chrysostomo de Abreu e Sousa, Izidoro Emilio Baptista, Cactano Alberto Maia e Joaquim Thomaz Lobo d'Avila têm mais competencia para apreciar qual o preço porque têm saído as estradas do paiz do que o illustre deputado.

Não acredita que o conselho das obras publicas quando fez este calculo computasse a despeza do entretenimento, para saber qual a somma porque tinha saído cada kilometro de estrada; não acredita que o conselho das obras publicas quando vier dizer ao governo que era este o preço por que tinham saído as estradas, deixasse de calcular todos os lanços de estrada, grandes e pequenos, e não uma secção especial, para tirar o termo medio. Não disse que era a estrada do Porto, nem a secção da estrada de Coimbra ao Porto: o termo medio referia-se a todas as estradas, e não a uma secção, qualquer que ella seja, como o illustre deputado pareceu dar a entender para justificar a sua asserção.

O escandalo, portanto, não está nos preceitos do contrato: os preceitos do contrato estão a coberto de quaesquer accusações que se lhes faça, porque diz em sua consciencia que tendo superintendido e assignado muitos contratos de obras publicas, nenhum tem mais disposições, pelas quaes o governo fique armado para evitar abusos que o empreiteiro possa commetter, do que este: nenhum, e seria para desejar que em todos os contratos que se fizessem com empreiteiros ou concessionarios, se estabelecessem os principios e regras de administração que estão no contrato que se discute.

Portanto os escandalos estão na exclusão dos cavalheiros que vieram ao concurso no dia 27; os escandalos estão nas declarações particulares que tinha feito o sr. ministro das obras publicas.

Nem elle, orador, nem os seus collegas do ministerio ignoravam quaes eram as declarações particulares que tinha feito o sr. ministro das obras publicas, porque s. ex.ª era muito cavalheiro para não ter occultado aos seus collegas uma circumstancia que podia pesar no animo de alguém.

Os ministros souberam d'essas declarações, souberam d'essas conversações, mas o governo entendeu que a sua obrigação, o seu dever não era o resolver os negocios publicos pelas circumstancias particulares que se davam entre alguns dos seus membros e quaesquer individuos estranhos ao gabinete: entendeu que os devia resolver, mas pelos principios de justiça, pelos principios da razão e do direito a que não se podiam deixar de socorrer n'este caso, principalmente tendo procedido em caso analogo de uma maneira inteiramente igual (apoiados).

É solidario com os seus collegas, e elles consigo, segundo os principios, unicamente em todos os actos publicos praticados no exercicio das suas funções, e toma a responsabilidade do procedimento de todos e cada um dos mesmos collegas nos assumptos de governação e de administração sujeitos aos diversos ramos de administração que superintendem; mas não pôde, nem elle, orador, por elles, nem elles por si, tomar a responsabilidade de qualquer circumstancia particular que se dê entre qualquer membro do governo, e um qualquer individuo.

Quando tiver praticado taes factos, quando tiver dito uma palavra, escripto uma frase no seu gabinete ou em sua casa como homem particular, não

ha de ser no parlamento que se lhe ha de tomar contas d'isso, ha de ser lá fora, ha de ser por meio de uma intelligencia cavalheiresca que não se discute no parlamento.

Mas vir ao publico, vir á camara com uma conversação particular dos ministros, que não impõe obrigações; uma conversação que vós, que desaparece, vir tornar responsavel o gabinete e accusar o governo de praticar um escandalo, querendo pesar sobre a consciencia de uma camara illustrada para lhe fazer variar a sua opinião, é um procedimento que não esperava da parte do illustre deputado, e que lhe parece improprio da intelligencia e do caracter do illustre deputado.

Os ministros respondem ás partes pondo despacho nos seus requerimentos (apoiados), e mandam o lançar esse despacho no livro da porta: quando se pretende alguma cousa dos poderes publicos requer-se, e se o requerimento se dirige aos ministros o governo despacha: isto obriga o governo, mas uma conversação, uma cousa particular entre um ministro e outro individuo seu amigo, não pôde levar a resolver os poderes publicos d'esta ou d'aquelle forma (apoiados).

Como membro do governo, quando tratou de resolver este assumpto, foi assim que o considerou.

Sente que o illustre deputado, na força da sua argumentação, no excesso da paixão politica que o domina, e n'isto não o offende, viesse declarar que o governo tinha consultado um alto corpo do estado sobre este objecto, e que se não tinha conformado com a sua decisão. Pensava que o illustre deputado seria o ultimo a vir declarar á camara quaes as resoluções do alto corpo do estado a que se referia, porque lhe parece improprio da posição de s. ex.ª fazer estas declarações no parlamento; e parece-lhe ainda mais improprio, e de certo por infidelidade da sua memoria, que as fizesse inexactamente, porque o governo não consultou essa alta corporação do estado sobre os prazos. Portanto, não podia haver razão para que o conselho de estado tomasse uma decisão sobre um negocio que não era committido ao seu exame (apoiados).

Lastima por consequencia, que se fizesse allusão a um objecto que não pôde ser trazido para aqui. Ouviu dizer ao illustre deputado que havia um contrato feito entre o concessionario e outro individuo, pelo qual se abonavam diversos *bonus pour le sol* de la réussite de l'entreprise. Mas é para admirar que os caracteres nobres se desvaíram muitas vezes, levados pelas paixões que os dominam! É para admirar que o illustre deputado não receie vir fazer uma insinuação que de certo recad sobre o governo, sob pena de não ter importancia alguma, sem ter apresentado logo os documentos, tendo declarado que elle era o unico juiz da apresentação d'esses documentos! O unico juiz depois da affronta! Um homem accusa outro, e depois quando se lhe pedem as provas diz: eu sou o unico juiz da apresentação dessas provas! Que principios de justiça são estes? (apoiados). Como é que se concebe a defeza do governo na parte mais melindrosa que é a sua honra? (muitos apoiados). Como se concebe dizendo áquelle que faz a accusação: eu sou juiz da conveniencia da apresentação do documento que serve para infamar o meu adversario!... Isto é improprio do illustre deputado.

Se ha documento, pelo qual resulta culpabilidade para os ministros, provoca o illustre deputado a que o apresente (muitos apoiados). Apresente-se esse documento, porque quer que se saiba se acaso o governo por uma indolencia criminosa, por um abuso da sua parte, por interesses illicitos, ou por qualquer principio vil e baixo deixou praticar um escandalo em objecto que prende tão intimamente com os interesses publicos (apoiados).

Tambem ouviu dizer que havia um papel, um documento: quiz vê-lo, pediu que lh'o deixassem ver porque o governo não tem interesse nenhum em que se pratique uma acção vergonhosa a respeito de um negocio em que elle se poz á frente, julgando que zela os interesses publicos e dissimulando—não vo-lo damos.—Mas perguntem, quem contém esse papel, por quem está assignado?—Disseram-lhe—por ninguém; é pela mesma letra porque está escripto=.

E é com esse documento que se vem tornar os ministros responsaveis por um escandalo contra os interesses mais caros da sua patria. Querêrão os illustres deputados fazer obra por um documento que se pôde forjar, um documento que não prova nada, que não tem assignatura, que não tem autoridade? Querêrão destruir um contrato em virtude de um tal documento, e que o illustre deputado emprasado para o citar diz—eu sou o juiz da apresentação ou não apresentação d'este documento!—Assim não se discute. Isto são negocios sérios.

Se existe um contrato apresente-o o illustre deputado, e pede-lhe instantemente que o faça em nome de ministros que se reputam offendidos (apoiados), por um escandalo que se lhes attribue, e em nome dos interesses e da moralidade publica (apoiados). É necessário que o illustre deputado apresente esse documento: se acaso ha um crime debaixo d'isto se dá a maioria e opposição que instem com o illustre deputado para que apresente esse documento (muitos apoiados), porque desde o momento em que esse documento se apresentar e se vir que ha crime, a primeira cousa que ha de fazer, é pedir á camara que revogue todo este contrato, porque não ha de pôr nunca a sua assignatura n'um contrato do qual resulte um escandalo, porque os poderes publicos todos têm obrigação de se respeitar.

Venha o contrato: aclare-se o escandalo, e depois a maioria fica desassombrada para votar como entender (vozes:—muito bem).

O sr. Mousinho de Albuquerque (sobre a ordem):—imitaria o sr. Antonio José d'Avila.

Vae fallar sobre a ordem, como o sr. Avila, e espera que se lhe manterão os mesmos fôros.

E permitta-lhe a camara que manifeste o seu pesar! Está de luto, pela perda de uma illusão. O dia 19 de maio de 1860, foi para elle um dia nefasto; porque acreditava até esse dia que podia existir um homem d'estado superior ás paixões mesquinhas das facções, um homem d'estado de rectidão inaballavel, e que no exame das questões de interesse nacional só se inspirava da sua consciencia imparcial. Esse homem cuidava que era o sr. Antonio José d'Avila! Enganava-se! Esse homem não existia. O sr. Antonio José d'Avila no dia 19 matou a sua crença. Pode a s. ex.ª que não se offenda. Não é a mente offendo-lo, porque o respeito tanto, e vê em s. ex.ª uma das mais elevadas intelligencias, um dos mais nobres caracteres de Portugal; mas n'esse dia, bem a seu pesar, viu-o descer do pedestal de imparcialidade sobre o qual o tinha elevado.

Appella para o proprio sr. Avila, que lhe diga se elle presidente e membro das commissões, fez no seio d'estas uma só observação que possede induzir-nos a prever o seu discurso do dia 19? Diga o sr. Avila se é verdade que não combatu os argumentos que elle, orador, e outros alli apresentados? Diga se do imparcial resumo, que fez com a costumada lucidez, perante as commissões, se podia deduzir outra coisa, senão que s. ex.ª, divergindo de nós no modo de contar o prazo, preoccupado com a circumstancia de estar n'essa occasião o negocio affecto ao conselho d'estado, escrupulosamente quanto ao offerecimento de 200\$000 réis de abatimento no preço da empreitada, não podia approvar o parecer da maioria; mas nada achava digno de reparo no contrato em si mesmo? Como conciliar esse

silencio nas commissões com a verina que aqui lhe ouvimos? Como conciliar essa verina com a assignatura com declarações. Era vencido que o sr. Avila devia assignar, e era nas commissões que devia primeiro combater o contrato, que aqui rejeitou completamente; se o seu fim não fosse o tomar de surpresa as commissões e o ministro, com a sua verina não esperada (apoiados).

Repete: é para o sr. Avila, quando estiver desapaixonado, que appella da conducta do chefe de partido alucinado!

Para julgar do estado de exaltação do sr. Avila, não é preciso mais que ter ouvido o seu discurso do dia 19 (apoiados).

Em quanto um orador que encetára o debate, jurisconsulto de profissão, varão encanecido na sciencia do direito, havia declarado o seu respeito pelas opiniões dos seus contrarios, o sr. Avila, de certo homem erudito, mas menos habilitado no assumpto que o sr. Gaspar Pereira, não hesitou em passar carta de ignorancia aos homens da profissão que o contradiam, (apoiados) a homens que Lisboa tem na conta de advogados de primeira ordem, e por consequencia a todos os srs. deputados, leigos ou não leigos, que sabia inscriptos para fallarem em sentido opposto ao do sr. Avila (apoiados).

Era tal o estado de paixão do sr. Avila, tal o seu desejo de atacar o ministro, que se esqueceu de que se feria a si proprio, atacando o sr. Serpa. 1.º por violar uma lei, que elle mesmo, sr. Avila, violára, celebrando um contrato não só com menos noventa dias de praça, mas sem praça alguma (apoiados).

2.º por contrahir com um cidadão de nação poderosa, que receio viesse um dia fazer-nos reclamações; quando elle mesmo contrahira com um cidadão britânico, o qual já apresentou reclamações de outra monta, que nunca poderão attingir as do concessionario das estradas (apoiados).

E não se diga que as recriminações não são argumentos. Neste caso são ellas o argumento melhor para apreciar a seriedade do voto. Aquelle que praticou, que defendeu ha dias ainda um acto, não pôde poucos dias depois vir censurar os que o praticam, e se o faz, a sua palavra tem pouca autoridade (apoiados).

Se ao menos o sr. Avila fosse franco, se confessasse que para elle a questão era no campo politico, comprehenderia, lavoura talvez o seu proceder. Aquelle que não tem confiança no ministro, não pôde ontorgar-lhe os fôros que a confiança ontorgaria. Mas o sr. Avila começou por dizer, que um dos motivos por que não approvava o contrato, era a incerteza da permanencia do sr. Serpa no ministerio!!!

Seja o sr. Avila franco, como pede a sua natureza leal: diga que poz a questão no campo politico. Sendo assim, s. ex.ª fica justificado; mas sendo assim, tambem a maioria sabe como lhe empreevaluar os seus argumentos (apoiados).

Mas, mesmo no campo politico, devia s. ex.ª descer ao campo das insinuações? Não de certo (apoiados).

Devia o membro de um ministerio que tanto se indignou quando a opposição quiz fazer uso de uma carta de um ministro a certo concessionario, vir hoje fundamentar accusações gravissimas sobre umas palavras que elle não ouviu, palavras aliás bem pouco significativas, que se dizem trocadas entre o sr. Serpa e os interessados, e isto sem caracter official? (apoiados) Lembra-se o sr. Avila da sessão de 23 de fevereiro de 1859, e permitta-lhe recordar-lhe que n'esse dia, elle orador, deputado da opposição, achou-se ao lado dos ministros (vozes:—é verdade).

Deveria, não dirá um homem da alta respeitabilidade do sr. Avila, mas qualquer homem, levantar contra um ausente accusações injurias como as que dirigiu ao concessionario? Se ao menos apresentasse provas (apoiados). Mas não! Não as apresentou, nem podia apresentar, porque não existem.

Elle, orador, é que dirá a s. ex.ª que ha provas do contrario.

Disse s. ex.ª que o concessionario é um miseravel, que nem para o deposito tem dinheiro. Sabe a camara como o concessionario responde? Com um offerecimento feito ao governo de reforçar o deposito, se assim se julgar conveniente, para o que o seu procurador está habilitado com um credito de 60.000\$000 réis, sobre uma casa de Lisboa, a de Walsh & C.ª

Disse mais s. ex.ª que o concessionario não inspirava confiança pelos seus precedentes? Responde-lhe o attestado do engenheiro Maution, que está junto ao relatório, no qual prova que mereceu confiança, e correspondem cabalmente á confiança de uma companhia respeitavel.

Que quer dizer a insinuação de interesses offerecidos a algum residente fóra de Portugal, para fazer com que o negocio fosse bem succedido? *pour faire réussir l'affaire* como disse o sr. Avila?

Quem é esse alguém? Provoca o sr. deputado para que o declare. Quem é esse homem residente lá fóra; e que pôde fazer decidir negocios em Portugal? (Silencio.)

Será todo esse phantasma uma allusão a mr. Ybry? Ora se é a mr. Ybry que se allude, explica á camara esse grande mysterio.

Mr. Ybry é um homem muito habil, que tem fortuna e goza da confiança da casa de Devaux. Mr. Ybry veio a Lisboa como agente do concessionario, e como tal mr. Langlois o remunera com uma parte dos lucros do negocio. É isto que o sr. Avila acha escandaloso?

Tudo isto é desgraçado (apoiados). Mal vae aos partidos que recorrem a similitudes armadas, e o sr. Avila que sabe o que ellas valem, menos que todos devia empregar-las (apoiados). Pois o sr. Avila não foi elle mesmo victima de iguaes infamias? E note que não eram os nossos jornaes que as escreviam! O sr. Avila não se lembra do charuto de 40.000\$000 réis? Da calumnia da mobilia offerecida a certo ministro?

O sr. Avila:—toma a responsabilidade d'isso?

O Orador:—não, refere-se ao que o Portugal publicou.

Pois o sr. Avila quereria que uma assembleia de homens serios desse peso a taes misérias? Está certo que s. ex.ª arrepende-se a esta hora do que disse n'um momento de alucinação. S. ex.ª reconhecerá que devia guardar para com o concessionario, seu desvalido, pelo menos as mesmas attensões que outora exigia para outro, que tinha a ventura de estar nas suas boas graças.

Se elle orador quizesse usar das mesmas armas, se quizesse denunciar transações particulares para desacreditar os concorrentes que o sr. Avila quer inculcar como o typo da integridade, poderia ler á camara uma correspondencia curiosa, de que tem as publicas fórmulas, e a camara comprehenderia por que só chegaram tarde certas propostas. (Vozes:—leia, leia—leu) Tambem poderia exigir que fosse presente á camara um certo massô n.º 16, que está n'uma das commissões d'esta casa.... (Vozes:—venha esse documento, e todos.—Vários srs. deputados pedem a palavra, e grande agitação na camara.)

O Orador (continuando):—está de accordo em que venham esses documentos, mas deixa este campo em que o sr. Avila o forçou a mostrar-lhe que não entraria desarmado, se o não reputasse indigno de si, e da assembleia a quem tem a honra de fallar (apoiados)—continua o sussurro da sala.

O sr. Avila, no seu empenho de achar lesivo o

contrato amontou exagerações sobre exagerações. Argumentou com o abuso contra o uso, vindo contar uma historia, que não era exacta, de uma caruagem introduzida ao abrigo do artigo 40.º do contrato dos caminhos de ferro. Imaginou um valor immenso de direitos de alfandega que não podiam existir: imaginou uma fiscalização monstruosa de um engenheiro, e não sabe quantos empregados por cada quinze kilometros! Querendo calcular a média do custo das estradas do contrato, as de Traz os Montes, as mais difficeis do paiz, foi procurar por termo de comparação as mais faceis, as do Alemtejo, e as da Extremadura! Mesmo assim, com tanto torturar de algarismos, com tanta criação phantastica não pôde chegar a um preço inferior áquelle que achava muito caro!

Quando s. ex.ª estiver a sangue frio, elle mesmo julgará o seu discurso. A camara de certo o julgou já. Não carece refutado.

Termina mandando para a mesa uma moção de ordem; elle mesmo se ri d'ella; mas segue os exemplos de um parlamentar antigo, de um homem respeitavel, o sr. Antonio José d'Avila, e declara que vota a favor do projecto, e entende que a camara approvando-o faz um grande bem ao seu paiz (apoiados).

Lê-se na mesa a seguinte proposta: «Propoño que a proposta do sr. deputado por Oliveira de Azemeis fique para ser discutida, quando se tratar o artigo 1.º» Mousinho de Albuquerque.

É admittida e julgada prejudicada.

O sr. Nogueira Soares:—por parte da commissão de fazenda, manda para a mesa o parecer da mesma commissão ácerca da proposta de lei do governo, n.º 5, que diz respeito a contribuição industrial.

Deve declarar, que, em nome da commissão, convidou a todos os srs. deputados que quizessem dar esclarecimentos ácerca das tabellas; alguns srs. deputados deram esclarecimentos, outros não. A commissão, em virtude do minucioso estudo e inquerito a que procedeu, fez alterações nas tabellas, alterou profundamente as que tinham sido apresentadas pelo governo.

E mandando para a mesa o parecer, ainda convidada de novo os srs. deputados, que assim o quizerem fazer, a apresentar as observações que entenderem ácerca das mesmas tabellas, para serem tidas em conta na discussão e adoptadas, se estiverem n'esse caso; porque a commissão, e de certo a camara, não querem senão acertar (apoiados).

O sr. Arrobas:—manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requero que se imprima o massô n.º 16, bem como os documentos apresentados pelo sr. deputado por Leiria.—Arrobas.»

(Muitos srs. deputados pedem a impressão de todos os documentos, outros pedem a palavra sobre a ordem e para requerimentos grande agitação na assembleia.)

O sr. Arrobas:—pede ao sr. presidente que o seu requerimento seja emendado, a fim de que se imprimam todos os documentos (apoiados repetidos).

O sr. Presidente:—nota que não pôde deixar de considerar o papel que o sr. Arrobas manda para a mesa como uma proposta (apoiados), que se for admittida ficará para segunda leitura.

O sr. Arrobas:—requer a urgencia (apoiados). A proposta é admittida, e em seguida declarada urgente.

O sr. Xavier da Silva:—requer que se prorogue a sessão até se votar a proposta do sr. Arrobas. Consultada a camara decide negativamente por 69 votos contra 50.

O sr. Presidente:—declara que amanhã se tratará d'esta proposta, e dando por levado o dia a continuação da que vinha para hoje, levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 21 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Alves Martins, Brancamp, Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Henriques Seco, Couto Monteiro, Pequeto, Pinheiro Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Ferreri, Cyrillo Machado, Claudio Nunes, Pereira da Cruz, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Mota, Monsinho, Filipe Brandão, Frederico de Mello, Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavião, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Pereira de Carvalho, Hermenegildo Blanc, Jacinto de Andrade, Mello e Minas, Mello Soares, Castro Portugal, Calça e Pina, Coelho de Carvalho, Neutel, Faria Guimarães, Lobo d'Avila, Silva Cabral, Infante Pessanha, Sousa Pinto Basto, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Feijó, Chrispiano da Fonseca, D. José de Alarcão, José Maria de Abreu, Costa e Silva (José), Frazão, Rojão, Silveira Menezes, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Rebello da Silva, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares (Luiz), Afonsoes, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Plácido, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Simão de Almeida, Ferrer, Viriato Blanc, Visconde de Pindella, Visconde de Portocarrero.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto.—As folhas d'esta cidade dizem que diversos engenheiros da companhia de caminhos de ferro portuguezes partiram no dia 19 para Aveiro, onde vão fazer os estudos graphicos que devem preceder os trabalhos de construção na linha ferrea do norte.

gança fizeram prodígios de valor, pelejando pela liberdade portuguesa.

Nos boletins do memoravel cerco do Porto, publicados na *Chronica Constitucional* desse tempo de heroismo e incessantes combates, o nome do major Marianno Barroso figura entre os que então mais gloriosos se tornaram, pelo seu valor, lealdade e mérito.

O barão do Almagem seguiu de perto ao tumulto o seu general duque da Terceira, de quem fora companheiro nos perigos e na gloria.

Vianna do Castello—O correspondente d'esta cidade, do *Commercio do Porto*, dá n'este periodico as seguintes noticias sobre o estado das colheitas n'aquelle districto, em data de 15 do corrente:

«As chuvas d'estes ultimos dias têm sido de um incalculavel beneficio para a nossa agricultura. As ceareas de trigo e centeo não podem apresentar melhor aspecto, nem dar mais lisongeiras esperanças ao lavrador. O milho está muito bonito, mas vem longe ainda a epocha da colheita, e até lá fica sujeita a muitas contingencias. As batatas não foram ainda atacadas pela molesta, e o aspecto das ramadas é tambem excellente. De fructa não se espera grande abundancia, porque as nortadas deitaram por terra uma grande parte da que estava nascida.»

O mencionado correspondente, referindo-se ao mal das vinhas, diz que as noticias são menos aterradoras do que ao principio se julgava; que appareceram, é verdade, algumas videiras affectadas, mas que estas foram poucas, não se tendo propagado a molesta. O correspondente termina dizendo, que os lavradores estão com muitas esperanças de que tenhamos um soffivel anno de vinho.

S. Pedro do Sul—O estabelecimento de banhos d'este concelho, diz o *Campêdo das Províncias*, segundo nos communicam d'ali, tem agora proporções mais adaptadas ao fim a que é destinado. Oito novos quartos se edificaram, contendo cada um uma banheira de pedra para cada pessoa, com dois canos, pelos quaes entra por um a agua quente e sae por outro a fria, tendo as respectivas torneiras, para os individuos concorrentes regularem a tempera do banho, havendo tambem dois grandes reservatorios, onde a agua esfria. A iniciativa d'esta obra coube ao fallecido sr. dr. Menezes, no tempo que geriu os negocios municipaes; e as camaras successoras continuaram empregando actividade no desenvolvimento d'esta utilissima obra, até agora, em que é presidente da camara o sr. dr. Bernardo José de Almeida e Azevedo.

Os melhoramentos que acabam de fazer-se n'este estabelecimento, e que com tanta urgencia eram ha muito reclamados, devem-se ao zelo das illustres vereações de S. Pedro do Sul: era uma necessidade que estas corporações reconhecessem, e que se apresassam a remediar; são por isso dignas de louvor.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid at 18 do corrente, de Paris at 15, e de Londres at 17.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Marsella, 16 de maio.—Chegou já a Ancona uma parte dos voluntarios irlandezes.

Uma corveta do governo pontificio levou de Veneza para os estados romanos oito peças de artilheira, offerecidas pela duquesa de Parma. Dizia-se em Roma que alguns milhares de habitantes da Romania pretendiam invadir as Marcas. Deu-se ordem para que as tropas se concentrassem a fim de se evitar a violação do territorio. No *Diario de Roma* appareceu um artigo officio contra a occupação das Romanias por Victor Manuel.

Dizem as correspondencias de Florença que a guarnição d'esta cidade foi chamada a fronteira por um despacho telegraphico, e que a guarda nacional ficou fazendo o serviço da praça.

Em toda a parte se abrem subscrições a favor de Garibaldi.

Consta por um vapor chegado da Italia, que, em consequencia de uma participação telegraphica expedida de Emilia, 5.000 homens partiram precipitadamente de Milão e embarcaram em Genova. Esta marcha inesperada explica-se por um movimento do general Lamoriciere.

Paris, 16.—A subscrição a favor da tentativa de Garibaldi, aberta na redacção do jornal *Opinião Nacional*, produziu hontem (15) grande sensação, e o governo prohibiu-a.

A bolsa continua baixando, e cre-se que, se as victorias de Garibaldi continuarem, os fundos terão ainda maior baixa.

Affirma-se, e os periodicos ministeriaes demais o indicam, que se receberam noticias graves do theatro da insurreição. Garibaldi foi causar na Sicilia um levantamento geral, e as tropas reaes só dispõem das fortalezas de Messina e Palermo.

Diz-se que a insurreição se propagou pela Calabria; que uma terceira insurreição rebentou nos Abruzzos limitrophes aos estados romanos; e que muitos regimentos não querem bater-se.

A esquadra franceza de evoluções parte para Naples, a fim de proteger os francezes que residem n'este paiz.

Parece confirmar-se a noticia de que a Russia propõe uma conferencia das cinco grandes potencias, a fim de se examinar se a Turquia cumpre os seus compromissos relativamente aos christãos do Oriente. M. Thouvenel diz, n'uma nota dirigida ao governo inglez, que se forem adoptadas medidas energicas acerca da Turquia, estas medidas não serão só adoptadas pela Russia, mas por todas as potencias reunidas.

Paris, 18.—Um despacho de Odessa diz que em Nicolaeff se estão reunindo muitos transportes e vapores.

S. Petersburgo, 17.—Crampton recebeu a communicação do principe Gortschakoff, sem protestar, porém reserva-se para o poder fazer de futuro.

Messina, 15.—Ha tranquillidade.

Constantinopla, 9.—Confirma-se a noticia de que foram mandados 60.000 russos para Bessarabia.

Ancona, 17.—Prohibiu-se ás autoridades que obedecam ao general Lamoriciere, na parte relativa á administração, devendo todavia obedecer-lhe como chefe encarregado da organização das tropas.

Londres, 18.—O *Morning-Post* diz que a passagem de Garibaldi pelo territorio romano, para ir para a Sicilia, complicou a situação politica da Italia.

PIEMONTE

Uma correspondencia de Turim publica a analyse das duas notas que o ministro dos negocios estrangeiros da França, apenas teve noticia de que partia uma expedição contra Naples, dirigiu, por uma parte, ao barão de Talleyrand, representante da França em Turim, e por outra ao cavalheiro Negia, ministro da Sardenha em Paris. M. Thouvenel começa por fazer ver que esse acontecimento causou ao governo francez uma impressão essencialmente desfavoravel. Sem declinar sobre o governo sardo a responsabilidade directa do occorrido, M. Thouvenel vê, pelo menos, no acontecimento em questão uma negligencia insolita e declara que o governo francez tinha por vezes chamado a attenção do gabinete sardo, sobre o projecto concebido

por Garibaldi. Depois de demonstrar as tristes consequências que pôde ter essa ousada empreza, o ministro francez pede explicações categoricas ao gabinete da Sardenha.

O conde Cavour, em resposta ás duas notas, declarou que reprovava a expedição de Garibaldi, porém que não dependia do governo piemontez impedila. Que tinha aproveitado os avisos recebidos de Paris, que tinha empregado toda a influencia que podia exercer sobre Garibaldi para o dissuadir de semelhante projecto, empregando quantos meios estavam ao seu alcance, a fim de evitar tão arriscada empreza. (La Correspondencia de Espana.)

NAPOLES

Marsala, o ponto onde desembarcaram os partidarios de Garibaldi, é uma cidade maritima da Sicilia, situada a 156 kilometros do Palermo. Dependendo da provincia de Trapani, e é um porto de muito commercio. A sua população é de 20.000 almas, e contém grande numero de casas commerciaes estrangeiras, especialmente inglezas, que são as mais importantes. (La Correspondencia de Espana.)

RUSSIA

«Eis, diz a *Patrie*, o que ha de certo nos supostos movimentos de tropas russas nas provincias meridionaes do imperio. Espalhou-se o boato de um movimento militar n'estas provincias; porém este boato é de todo o ponto inexacto. Os dois corpos de exercito que occupam a Russia meridional apenas têm hoje um effectivo de 50.000 homens, necessarios para as guarnições das praças, que são numerosas. A divisão do primeiro corpo, que está em Bessarabia, tem o seu quartel-general em Kichineff, e não fez movimento algum para avançar, nem tomou nenhuma disposição activa.»

RECTIFICAÇÃO

No ultimo despacho telegraphico que vem transcripto em o *Diario* de hoje 21, na 1.ª col. da 4.ª pag., onde se lê—A *Patrie* recebeu outra advertencia—deve ler-se—A *Presse* recebeu outra advertencia.

DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Nota do governo austriaco em resposta á nota circular de 5 de abril ultimo, expedida pela confederação helvetica

«Vienna, 18 de abril de 1860.—Senhor barão.—Pela nota que o presidente da confederação fez a honra de dirigir-me directamente, no dia 5 do corrente, e de que teve a bondade de entregar-vos uma copia, sua ex.ª Frey Herosee, fundando-se no protocolo de Aix-la-Chapelle de 15 de novembro de 1818, manifesta o desejo de que as potencias que assignaram essa acta se reunam prontamente em conferencia com um representante da Suissa para removerem as difficuldades suscitadas pela cessão da Saboya á França.

«Tivemos já a honra de fazer constar ao conselho federal que estamos promptos a concorrer para um convenio com a confederação, e com as potencias que assignaram a acta do congresso de Vienna, sobre os meios mais proprios para que sejam garantidos os direitos e legitimos interesses comprometidos n'esta questão.

«No pedido que o conselho federal acaba de dirigir mais particularmente ás potencias que assignaram o protocolo de Aix-la-Chapelle, ellas encontraram sem duvida um novo motivo para examina-rem a questão, de saber se a forma de uma conferencia se recommenda como a melhor via, para se alcançar um resultado, que esteja em harmonia com os votos e interesses de todos.

«No caso em que esta questão seja em principio resolvida affirmativamente, e em que se consiga chegar a um accordo sobre os pontos accessorios que cumpre regular previamente a qualquer reunião d'esta natureza, reconheceremos pela nossa parte, em toda a sua plenitude, o direito da Suissa em intervir nas deliberações, como parte reclamante e principalmente interessada. Foi n'este mesmo sentido que nos explicamos no protocolo de Aix-la-Chapelle.

«Senhor barão, podeis ler esta nota ao presidente da confederação, entregando-lhe copia d'ella. Accetai, etc.—Reichberg.» (La Presse.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

MAIO-20	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	759,91	16,7	56,6	NNE.
3 t.	759,16	21,8	42,3	ENE.

DIA 19.

Maxima—temperatura.....	19,5 C.
Minima.....	12,0 „
Ozone (de noite.....)	4,5 „
de dia.....	4,0 „
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	5,6 „
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

MAIO-21	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,11	19,4	59,8	NE.
3 t.	757,95	27,1	29,2	ENE.

DIA 20.

Maxima—temperatura.....	22,6 C.
Minima.....	10,5 „
Ozone (de noite.....)	4,5 „
de dia.....	4,5 „
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	6,4 „
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 21 do corrente mez, pela uma hora e meia da noite, as torres de signal chamaram os soccorros contra o incendio que se tinha manifestado em uma casa dependente do quartel de lanceiros, na calçada da Ajuda, em Belom. O fogo foi pegado por descuido a uma porção de maravalhas, d'onde se communicou ao soalho e ao forro. A bomba do real palacio da Ajuda, e a da cordoaria, acompanhada pelo ajudante d'este estabelecimento, appareceram promptamente, e o incendio não progrediu.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 21 de maio de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Nota dos preços dos generos abaixo mencionados, na semana finda em 19 de maio de 1860									
CLASSE DA FAUTA	AMENDOAS				PASSAS		ALFAR-ROBA	CASTANHA SECCA	MOS-TARDA
	MILO	ÇAÇA	MOLAR	DURASIA	AMEIXA	PERA			
	ARROBA	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARROBA			
Classe 5.ª	35200	13000	800	550	400 e 500	25000	200	900	800

Postura da Ribeira Velha, em 21 de maio de 1860.—O chefe, João Maria Froment de Abreu.

Mappa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 16 de maio

DESTINO	VITELLAS					FICARAM EXISTINDO									
	BOIS	VACAS	TOTAL	MAIORS	PEQUENAS	TOTAL	REZES		MAIORS	PEQUENAS	TOTAL	CANIBROS	BOIS	VACAS	TOTAL
							BOIS	VACAS							
Existiam	39	—	39	—	10	10	37	28	—	28	—	9	52	—	—
Entraram	275	90	365	39	17	56	552	—	—	—	—	—	—	—	—
Mortos	286	89	375	39	18	57	535	—	—	—	—	—	—	—	—
Reprovados	1	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—

N. B. Fizeram-se desbastes em 2 chombrões e 5 costellas, e uma limpeza n'uma fursura, em parte. No numero das rezes entradas vieram 12 bravas.

Casa da administração, em 17 de maio de 1860.—O fiscal, Manuel Antonio de Pena.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 20 de maio

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Corá Linn, paquete inglez a vapor, capitão W. Taylor, de Leone em 18 dias, e de Palermo em 9, com azeite, fructa e mais generos, a G. A. Hancock & Comp.ª; 18 pessoas de tripulação. Destina-se para Liverpool e vem receber carvão.

Estrella do Sado, hiate portuez, mestre M. Antonio, de Setubal em 24 horas, com madeira; 6 pessoas de tripulação.

Flor dos Santos, bateira, mestre J. M. Gouveia, de Setubal em 24 horas, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Iberia, patacho portuez, capitão F. S. da Nova, do Havre de Grace em 15 dias, com fazendas, a J. B. de Castro & Comp.ª; 10 pessoas de tripulação e 1 mala.

Briton, brigue inglez, capitão J. Johnson, de New-Castle em 26 dias, com carvão a F. Martin & Filhos; 10 pessoas de tripulação.

Victoria, hiate portuez, mestre D. da Silva, de Vianna, em 2 dias, com madeira, a Chamma & Gonçalves, 10 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Antonio Casimiro Lopes, estudante; Luiz Lopes, marítimo; João Binda, servente; portuezes.

Ville de Lisbonne, paquete portuez a vapor, capitão J. Ordronneau, de Nantes em 5 dias, e de Vigo em 38 horas, com varias fazendas a H. Juhel, 25 pessoas de tripulação e 23 passageiros.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Fon Der Heydt, barca prussiana, capitão J. Newman, para a Batavia, com fazendas; 15 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é F. W. Raimier, negociante prussiano.

Arno, paquete inglez a vapor, capitão W. Bain, para Setubal, com fructa, batata e mais generos; 22 pessoas de tripulação, e 5 passageiros.

Joven Margarida, bateira, mestre J. M. Coelho, para Setubal, com cereaes e vasilhame; 5 pessoas de tripulação.

D. Luiz, paquete portuez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereaes; 20 pessoas de tripulação, e 36 passageiros.

Tarajo 1.º, brigue portuez, capitão M. O. Faneco, para Vianna, com sal e encomendas; 11 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Maria de Oliveira dos Santos Faneco com 3 pessoas de familia, portuezes.

Mentor, hiate portuez, mestre J. de Oliveira, para a Vieira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Alexandre Herculano, barca portueza, capitão J. P. dos Santos, para o Rio de Janeiro, com sal; 17 pessoas de tripulação e 108 passageiros, que são: Manuel Pinto Novaes, José Pinto de Araújo, Manuel Pinto de Araújo, Joaquim Pinto de Araújo, Manuel Antonio de Oliveira, com um irmão, Manuel de Carvalho Araújo, Francisco Barbosa da Silva, José Rodrigues das Neves, José Pereira, Francisco Rodrigues de Oliveira, Casimiro Henrique, Severino Antonio de Silva, Manuel José Monteiro Barcellos, Manuel Moreira, Elias da Veiga, Manuel Antonio L. da Motta, João Alves, Antonio Guedes da Silva, Leonardo Guedes, com um irmão, Manuel Joaquim de Oliveira, Victorino Coelho, Bernardo Soares de Azevedo, Nicolau Gomes de Faria, João Ferreira, Sebastião Mendes, commerciantes; Manuel Joaquim Gaspar, José Maria da Rocha, Francisco Lobato, João Nogueira com um filho, J. Antonio Barbosa, Antonio Rodrigues, Antonio Joaquim Dantas, Antonio Manuel Pereira, Manuel Antonio Barbosa, Luiz Gomes da Cruz, Francisco José Gonçalves, José Pereira, Francisco José Fernandes, João de Brito com um filho, Manuel de Oliveira, Manuel José Fernandes, Domingos Rodrigues, Francisco Gonçalves Laranjeira, Antonio José da Costa, Francisco Manuel Rodrigues, A. Lourenço, José Antonio Gonçalves, José Joaquim da Cunha Rocha, lavradores; Antonio Dias, presbytero; Manuel João Barbosa, alfaiate; João da Silva, Antonio Ferreira da Costa Mesquita, Serafim Coelho da Motta, Miguel Coelho, Manuel Joaquim de Carvalho, Joaquim de Miranda, Joaquim Pereira da Costa Pinto, José Pereira da Silva, D. Bernardino, J. Gomes da Costa, J. da Costa, J. Gomes, A. Gomes de Araújo, Antonio da Costa Rodrigues, José Antonio Gonçalves, José Fernandes, Antonio da Silva Bastos, Ricardo Coelho Alves, Antonio José de Andrade, Custodio de Freitas Guimarães, José Carvalho, Antonio Carvalho, João Clemente Moreira, Antonio Gomes de Oliveira, Joaquim da Costa Pinto, Joaquim Pinto da Costa Moreira, Joaquim Antonio Vieira Rebello Amaral, Salvador da Silva Pereira, tambem lavradores; Francisco Moreira Leite, Bernardino da Rocha, Joaquim Moreira Rocha, Serafim Pinto, Joaquim Barbosa, Pedro Dias, Custodio Nogueira, Jeronymo Luiz de Carvalho, Manuel Francisco, Antonio Francisco, José e Sousa Thomé, Lino de Sousa Rocha, Antonio de Sousa Rocha com 1 irmão, Antonio Ribeiro, José de Oliveira, Albino de Azevedo, Joaquim Bernardes, Bento Dias, D. Manuel Diogo, Rafael Alcide, sem empregos; João de Sousa, caixeiro; D. Maria Margarida com 2 filhos, Custodia Rosa de Jesus; portuezes.

Dia 21

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Alice, vapor inglez, capitão J. Handerson, de Lanceter em 15 dias, do Mogador em 11, e de Cadiz em 9, com batata e vinho, a F. P. Basto; 19 pessoas de tripulação, e da força de 70 cavallos.

Adelaide, hiate portuez, mestre A. M. de Almeida, de S. Martinho em 13 dias, com madeira e mais generos; 9 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuez, mestre L. A. Mar-

reiros, de Sines em 2 dias, com arroz e carvão; 8 pessoas de tripulação.

Sultan, paquete inglez a vapor, capitão N. Cock, de Southampton em 4 dias, de Vigo em 23 horas, e da barra do Porto em 17, com fazendas e encomendas, a Wan Zeller; 72 pessoas de tripulação, 7 malas, e 25 passageiros.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Mala Posta, bateira, mestre F. G. Louro, para a Vieira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Margareta, patacho amaricano, capitão H. Greeke, para Glasgow, com cortiça; 7 pessoas de tripulação.

Vallado, hiate do arsenal.

Corá Linn, paquete inglez a vapor, capitão W. Taylor, para Liverpool, com azeite e mais generos; 18 pessoas de tripulação.

Duarte 1.º, hiate portuez, mestre A. P. Sampaio, para o Porto, com aguardente e arroz; 9 pessoas de tripulação.

Wesley, palhote inglez, capitão M. Noel, para Londres, com batata; 5 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 21 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 19 DE MAIO DE 1860

Serviço das batias

Da foz do Douro, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. O mar está um tanto agitado—O vento esteve NO. forte, agora ONO. regular.

De Vianna do Castello, do dia 18

Não entrou embarcação alguma. Saídas—Hiate *Victoria*, para S. Martinho; rascas *Senhora do Carmo*.

Em Esposende nos dias 15 e 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Caminha, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento SO.

De Aveiro, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento NO.

Da Figueira, do dia 18

Entrou o hiate portuez *Santa Cruz*, do Porto, em lastro. Não saiu embarcação alguma. Fôra da barra está fundeado um hiate e uma rascas.

Da Ericeira, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento NO.

De Villa do Conde, do dia 16

Não entrou embarcação alguma. Saiu a bateira *Olho Vivo*, para Aveiro, em lastro. Mar agitado.—Vento SO.

Do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento SO.

De Setubal, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Vento S.—Tempo nublado e alguma chuva de manhã; de tarde vento OSO. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 18

Entrou o hiate portuez *Brisoa*, de Lisboa, com encomendas. Não saiu, nem se avista embarcação alguma. O mar está um tanto agitado.—Vento OSO. forte com aguaceiros.

De Villa Nova de Portimão, do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento NO. fresco.